

ISSN: 1806-003X

cadernos

IHU

ano 13  
nº 51  
2015

# O ambientalismo em três escalas de análise

Fabiano Quadros Rückert

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



UNISINOS  
Somos infinitas possibilidades

# O ambientalismo em três escalas de análise

## *Environmentalism in three scales of analysis*

Fabiano Quadros Rückert

### Resumo

A possibilidade de avançarmos na compreensão do ambientalismo demanda uma disposição para pensarmos a complexidade dos fenômenos sociais e implica uma abertura para a discussão sobre as suas diferentes escalas de atuação. Procuo explorar esta possibilidade de compreensão do ambientalismo, revisando a bibliografia sobre o surgimento da crítica à degradação ambiental e construindo três escalas de análise para o tema: a primeira escala é focada na dimensão científica do ambientalismo, a segunda aborda as interpretações sobre o ambientalismo no Brasil e a terceira destaca o movimento ambientalista no Vale do Rio dos Sinos. Penso que a subdivisão do ambientalismo em três escalas de análise é necessária para a articulação entre questões de âmbito global – como a percepção da crise ambiental – com o desenvolvimento da Política Nacional do Meio Ambiente e a degradação do Rio dos Sinos. Neste sentido, pretendo explorar a polissemia do ambientalismo, identificando pontos de ligação entre as três escalas de análise usadas no artigo.

**Palavras-chave:** ambientalismo, história, Vale do Rio dos Sinos.

### Abstract

The ability to advance the understanding of environmentalism requires willingness to think about the complexity of social phenomena and implies openness to discuss about their different scales of operation. I try to explore that possibility to understand environmentalism, through the literature about emergencies of critical environmental degradation and building three scales of analysis to the subject: the first scale is focused on scientific dimension of environmentalism, the second addresses the interpretations of environmentalism in Brazil and the third highlights the environmental movement in Vale do Rio dos Sinos. I think the subdivision of environmentalism in three scales of analysis is required for the links between global issues - such as the perceived environmental crisis - with the development of the National Environmental Policy Act and the degradation of the Sinos River. In this sense, I intend to explore the polysemy of environmentalism, identifying points of connection between the three scales of analysis used in the article.

**Keywords:** environmentalism, history, Rio dos Sinos valley.

# O ambientalismo em três escalas de análise

**Fabiano Quadros Rückert**

UNISINOS

**Cadernos IHU** é uma publicação mensal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, apresenta artigos que abordam temas concernentes à ética, sociedade sustentável, trabalho, mulheres e novos sujeitos socioculturais, teologia pública, que correspondem às áreas de trabalho do Instituto. Divulga artigos provenientes de pesquisas produzidas por professores, pesquisadores e alunos de pós-graduação, assim como trabalhos de conclusão de cursos de graduação. Seguindo a herança dos *Cadernos CEDOPE*, esse periódico publica artigos com maior espaço de laudas, permitindo assim aos autores mais espaço para a exposição de suas teorias.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**

**Reitor:** Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

**Vice-reitor:** José Ivo Follmann, SJ

**INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS**

**Diretor:** Inácio Neutzling, SJ

**Gerente administrativo:** Jacinto Schneider

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

**Cadernos IHU**

Ano XIII – Nº 51 – 2015

ISSN 1806-003X (impresso)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

**Conselho editorial:** Lic. Átila Alexius; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Prof. Dr. Aegir Bavaresco, PUCRS, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Aitziber Mugarra, Universidade Deusto, Espanha, doutora em Ciências Econômicas e Empresariais; Prof. Dr. André Filipe Z. Azevedo, Unisinos, doutor em Economia; Prof. Dr. Castor M. M. B. Ruiz, Unisinos, doutor em Filosofia; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Dr. Daniel Naras Vega, OIT, Itália, doutor em Ciências Políticas; Prof. Dr. Edison Gastaldo, Unisinos, pós-doutor em Multimeios; Profa. Dra. Éliida Hennington, Fiocruz, doutora em Saúde Coletiva; Prof. Dr. Jaime José Zitzkosky, UFRGS, doutor em Educação; Prof. Dr. José Ivo Follmann, Unisinos, doutor em Sociologia; Prof. Dr. José Luiz Braga, Unisinos, doutor em Ciências da Informação e da Comunicação; Prof. Dr. Werner Altmann, doutor em História Econômica.

**Responsável técnico:** Lic. Átila Alexius

**Revisão:** Carla Bigliardi

**Arte da capa:** Natália Scholz

**Editoração eletrônica:** Rafael Tarcísio Forneck

**Impressão:** Impressos Portão

Cadernos IHU / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto

Humanitas Unisinos. – [Ano 1, n. 1 (2003)]- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .

v.

Irregular, 2003-2012 ; Mensal, 2013-.

Fusão de: Cadernos CEDOPE : série cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano; com Cadernos CEDOPE : série população e família; com Cadernos CEDOPE : série movimentos sociais e cultura; e, Cadernos CEDOPE : série religiões e sociedade.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu>>.

Descrição baseada em: [Ano 1, n. 1 (2003)] ; última edição consultada: Ano 12, n. 46 (2014).

ISSN 1806-003X

1.Sociologia. 2.Religião. 3.Trabalho. I.Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

2

331

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

**ISSN 1806-003X (impresso)**

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial do Cadernos IHU:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

Email: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

# Sumário

Introdução.....	5
1. A dimensão científica do ambientalismo .....	6
2. Leituras do ambientalismo no Brasil .....	14
3. A construção textual do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos.....	23
Considerações finais .....	40
Referências Bibliográficas .....	42



# Introdução

*Do que falamos quando falamos em ambientalismo?* Esta é a questão central proposta pelo texto, que foi escrito para um público de leitores consciente da importância de uma reflexão sobre a história do ambientalismo. E, como toda história, ela pode ser narrada a partir de múltiplas perspectivas. Na bibliografia produzida por autores de diferentes formações acadêmicas, encontramos uma pluralidade de interpretações indicando a existência de dúvidas e explicações incompletas sobre o que provocou o surgimento de movimentos sociais voltados para a preservação da natureza. A bibliografia também potencializa dúvidas sobre as relações do ambientalismo com as instituições políticas tradicionais e explora as mudanças sociais decorrentes da problemática ambiental e das suas diferentes formas de percepção.

Aceitar a existência de dúvidas e de uma pluralidade de interpretações é uma condição necessária para os interessados no estudo das interações entre o ser humano e o meio ambiente. Neste campo de estudo, cada conceito comporta um determinado número de possibilidades para interpretar um tema e, no caso específico do ambientalismo, importa ressaltar que, antes mesmo da sua construção conceitual, o antropocentrismo, a lógica cartesiana e a racionalidade econômica já estavam configurados como elementos fundamentais do comportamento humano. Neste sentido, proponho interpretar o ambientalismo como um pensamento dissidente e pretendo explorar os sinais da sua dissidência na bibliografia existente sobre o tema.

O conteúdo do texto foi organizado em três tópicos que sinalizam variações na escala de abordagem do tema: (1) o primeiro destaca a dimensão científica do ambientalismo explorando os seus vínculos epistemológicos com a Economia Ecológica e com a Ecologia Política; (2) o segundo contempla estudos que apresentam interpretações sobre o ambientalismo no Brasil; (3) o terceiro tópico apresenta um histórico do movimento ambientalista no Vale do Rio dos Sinos.

# 1. A dimensão científica do ambientalismo

O conhecimento sobre os recursos naturais disponíveis em um determinado lugar e sobre as técnicas necessárias para usá-lo é condição indispensável para a sobrevivência da espécie humana. Isto significa dizer que a nossa espécie sempre esteve envolvida com a observação e a manipulação da água, do solo e dos demais seres vivos que formam a chamada Biosfera. O envolvimento sempre existiu, mas os seus objetivos e resultados foram modificados ao longo do tempo.

Nos últimos séculos da história humana, o ritmo e a intensidade da exploração dos recursos naturais foram intensificados a partir de uma confluência de fatores, dentre os quais podemos destacar o predomínio da lógica cartesiana no saber científico e a difusão de uma racionalidade econômica voltada para a capitalização da natureza.

O saldo deste modelo de relações entre o ser humano e os demais elementos da natureza produziu efeitos colaterais, tanto no plano ambiental quanto no plano social. No plano ambiental, os efeitos colaterais foram (e ainda são) a contaminação dos recursos hídricos, a degradação da qualidade do ar, o desgaste do solo, o efeito estufa, o assoreamento de rios e lagos e a destruição parcial ou completa de determinados ecossistemas. No plano social, os efeitos colaterais se manifestam na distribuição desigual dos recursos naturais e das riquezas obtidas pela exploração destes recursos. Foi a partir da percepção e das discussões sobre os efeitos colaterais do modelo que a crítica ambientalista ganhou forma mais consistente, sobretudo nas décadas finais do século XX.

Um dos pontos fortes do pensamento dissidente construído pelo ambientalismo estava no uso de argumentos científicos para comprovar a existência de problemas no modelo de exploração dos recursos naturais oferecido pela modernidade. A relação do ambientalismo com a Ciência foi abordada por Manuels Castells no texto *O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista*. Segundo Castells:

Embora critiquem a dominação da vida pela ciência, os ecologistas valem-se da ciência para fazer frente a esta em nome da vida. O princípio defendido não é a negação do conhecimento, mas sim o conhecimento superior: a sabedoria de uma visão holística, capaz de ir além das abordagens e estratégias de visão restritas, direcionadas à mera satisfação das necessidades básicas. (CASTELLS, 1999, p. 155).



Castells estava correto na sua observação sobre o uso da ciência para legitimar o ambientalismo. Mais antes dele, outros autores sinalizaram nesta direção. Em 1977, o historiador norte-americano Donald Worster publicou o livro *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas* e dedicou uma parte do seu estudo para explorar o desenvolvimento da Ciência da Ecologia na primeira metade do século XX.<sup>1</sup> Naquele contexto, existiam duas correntes no interior da Ecologia, uma delas seguia a perspectiva “utilitarista da ciência – conhecer para explorar melhor – e outra enfocava a dimensão holística, promovendo um movimento de restauração de valores morais na ciência, uma ética da interdependência” (PEREIRA, 2013, p. 207). Cada uma destas correntes ofereceu contribuições para que o movimento ambientalista formulasse as suas críticas à degradação da natureza.

As críticas foram intensificadas no período que Worster chamou de *Idade da Ecologia* (WORSTER, 1994). Este período iniciou-se após a Segunda Guerra Mundial, quando um grupo de cientistas – dentre os quais estavam os biólogos Garrett Hardin, Barry Commoner, Rachel Carson e Paul Ehrlich – decidiu usar argumentos científicos para alertar a sociedade dos riscos que o planeta enfrentava diante da degradação ambiental e do elevado crescimento populacional. O trabalho desses autores foi fundamental para que o ambientalismo alcançasse um expressivo espaço nas discussões acadêmicas dos anos 1960 e 70.

A bióloga Rachel Carson é certamente um dos maiores expoentes de uma crítica ambientalista pautada em critérios científicos. Carson foi autora da clássica obra *Silent Print*, publicada nos Estados Unidos em 1962 e traduzida para a Língua Portuguesa em 1964. Pesquisadora com especialização no estudo de ambientes marítimos, Carson usou seus conhecimentos de Biologia e sua habilidade como escritora para denunciar os problemas ambientais decorrentes do uso de agrotóxicos nos Estados Unidos. Sua obra difundiu-se rapidamente pelo mundo e fomentou discussões sobre os riscos decorrentes da Revolução Verde, dentro e fora das universidades.

As preocupações de Rachel Carson com os efeitos negativos das novas tecnologias encontraram adeptos na comunidade acadêmica norte-americana, sobretudo na área das Ciências Naturais. Em um artigo intitulado *The Tragedy of the Commons*, publicado em 1968, o biólogo norte-americano Garrett Hardin relacionou o problema da pressão sobre os recursos naturais ao crescimento da população humana e posicionou-se contra o aumento populacional descontrolado. Sua posição apresentava certa semelhança com o pensamen-

---

1 Existem duas formas de pensarmos a Ecologia: podemos considerá-la como um segmento específico da Biologia focado no estudo dos ecossistemas e dos ciclos de energia da natureza; ou podemos pensá-la, de forma mais abrangente, como a Ciência da Biosfera. Em ambos os casos, existe uma concepção de natureza que contesta a fragmentação entre as partes do ambiente construída pelo racionalismo cartesiano e aponta para a valorização das interações entre o conjunto de seres vivos e os demais elementos naturais de um determinado ecossistema.

to de Thomas Malthus e, conseqüentemente, ele foi considerado um dos intelectuais do neomalthusianismo (CORAZZA, 2000). Outro biólogo norte-americano que se posicionou contra o crescimento demográfico foi Paul Ehrlich, autor do livro *The Population Bomb*, publicado pela primeira vez em 1968. Ehrlich fez previsões catastróficas para o futuro da humanidade e propôs o uso de medidas radicais para conter o crescimento populacional, sobretudo nos países que na época pertenciam ao chamado Terceiro Mundo.

O radicalismo de Paul Ehrlich foi criticado por diversos intelectuais da sua época, e um dos seus principais críticos foi o biólogo Barry Commoner, autor do livro *The Closing Circle: nature, man and technology*, publicado em 1971. Commoner também estava preocupado com a degradação ambiental, intensificada no período pós-Segunda Guerra Mundial, mas discordava da ênfase na questão demográfica e considerava o uso de tecnologias “defeituosas” o principal motivo da poluição do ambiente (CORAZZA, 2000).

No final dos anos 1960, Paul Ehrlich e Barry Commoner protagonizaram um interessante debate sobre o processo de degradação ambiental e sobre as possibilidades de combatê-lo a partir do controle demográfico e da criação de tecnologias mais eficientes (HOLDEN, 1972). Ehrlich manteve seu pessimismo e insistiu na necessidade de controle da natalidade, enquanto Commoner expressou otimismo com a possibilidade de reduzir a degradação ambiental a partir de novas tecnologias.

O debate acadêmico fomentado pelos biólogos norte-americanos interessava diretamente aos economistas de diferentes nacionalidades, pois se os neomalthusianos estivessem corretos nas suas previsões, o colapso do sistema econômico era uma questão de tempo. Ciente da importância do assunto, o grupo de cientistas reunidos no Clube de Roma buscou o auxílio do Massachusetts Institute of Technology (MIT) para elaborar uma pesquisa ampla e sistemática sobre os problemas ambientais que afetavam o planeta (Mc COMICK, 1992). Em 1972 o Clube Roma publica um relatório intitulado *Limits to Growth*, divulgando os estudos elaborados pela equipe do MIT coordenada por Dennis Meadows. O conteúdo do relatório, baseado em um modelo de cálculos matemáticos, afirmava que seria inviável para o planeta suportar o crescimento populacional e a intensificação no consumo de energia e de recursos naturais.

As previsões feitas pela equipe de Dennis Meadows provocaram polêmica no mundo acadêmico, e alguns cientistas apontaram problemas teóricos e metodológicos nas pesquisas feitas pelo MIT.<sup>2</sup> Mas, apesar de ser contestado por membros da comunidade acadêmica, o relatório *Limits to Growth* foi incorporado ao discurso ambientalista, que pode usá-lo para reforçar o seu repertório de crítica à degradação dos recursos naturais.

---

<sup>2</sup> Para os interessados nas críticas que a obra *Limits to Growth* recebeu, recomenda-se o estudo dos seguintes autores: John Maddox (1974); Herrera (1974); O’Riordan (1977).

No plano epistemológico, as décadas de 1960 e 70 potencializaram uma aproximação entre as Ciências Naturais e as Ciências Exatas e envolveram cientistas de diferentes nacionalidades no debate sobre os problemas decorrentes do crescimento demográfico e econômico. A existência deste debate foi um dos componentes da *Idade da Ecologia* e contribuiu para o surgimento de disciplinas acadêmicas como a Economia Ecológica, a Ecologia Política e a História Ambiental. Cada uma destas disciplinas possui algumas particularidades e todas surgiram marcadas pela proposta de interdisciplinaridade e pela preocupação com os problemas ambientais discutidos nos anos 1960 e 70.

A Economia Ecológica surgiu propondo a interpretação da Economia como um subsistema de conhecimentos inserido no sistema mais amplo dos fenômenos naturais e dos ciclos biológicos de produção e circulação de energia. Segundo Joan Martínez Alier:

Los economistas ecológicos cuestionan la sustentabilidad de la economía debido a sus impactos ambientales y a sus demandas energéticas y de materiales, y también debido al crecimiento de la población. Los intentos de asignar valores monetarios a los servicios y las pérdidas ambientales, y los intentos de corregir la contabilidad macro económica, forman parte de la Economía Ecológica, pero su aportación y eje principal es, más bien, el desarrollo de indicadores e índices físicos de (in)sustentabilidad, examinando la economía en términos del “metabolismo social”. (ALIER, 2004, p. 37).

Um dos principais expoentes da Economia Ecológica foi Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994). Coube a ele comprovar que o sistema econômico não contemplava as externalidades ambientais, pois excluía dos seus cálculos o custo dos recursos naturais e desconsiderava a perspectiva de gradual redução destes recursos. Ele também alertou para o problema da supervalorização da energia como indicativo de eficiência econômica. No decorrer dos anos 1980 e 90, a difusão dos trabalhos de Georgescu-Roegen entre a comunidade científica internacional contribuiu para que os economistas dedicassem maior atenção às externalidades ambientais e ao problema dos fluxos de energia.<sup>3</sup>

A Ecologia Política também surgiu na década de 1970, no contexto das previsões pessimistas defendidas pelo Clube de Roma e das mudanças que estavam em curso na ciência da Economia. Durante a sua fase inicial, ela foi influenciada por estudos de ge-

---

3 Joan Martínez Alier sintetizou o problema dos fluxos de energia da seguinte forma: “A economia ecológica vê o planeta Terra como um sistema aberto à entrada de energia solar. A economia necessita de entradas de energia e de materiais. A economia produz dois tipos de resíduos: o calor dissipado (pela Segunda Lei da Termodinâmica) e os resíduos materiais, que, mediante a reciclagem, podem voltar a ser parcialmente utilizados. O funcionamento da economia tanto exige um fornecimento adequado de energia e materiais (e a manutenção da biodiversidade) quanto exige poder dispor dos resíduos de maneira não contaminante. Os serviços que a natureza presta à economia humana não estão bem valorizados no sistema de contabilidade crematística próprio da economia neoclássica.” (ALIER, 1998, p. 55).

ógrafos sobre temas ambientais e pela tradição da antropologia anglo-saxônica de valorização das diversidades étnicas e culturais. Com o tempo, a Ecologia Política tornou-se um campo específico de estudos interdisciplinares marcados pela preocupação com os “conflictos ecológicos distributivos” e com as múltiplas formas de interação entre os grupos humanos e os recursos naturais (ALIMONDA, 2011, p. 42). E, para desenvolver seu programa de estudos, a Ecologia Política precisou contemplar uma série de fatores que perpassam os conflitos distributivos ambientais, dentre os quais destacamos as diferentes concepções de natureza culturalmente construídas, a divergência entre interesses locais e interesses internacionais no uso dos recursos naturais e o papel do Estado como regulador dos conflitos.<sup>4</sup>

Na América Latina, autores como Arturo Escobar, Héctor Alimonda e Enrique Leff produziram estudos sobre a Ecologia Política e defenderam a necessidade de uma reflexão sobre as particularidades das relações entre os grupos humanos e o ambiente no contexto latino-americano. O colombiano Arturo Escobar criou o conceito de “regimes de natureza” para valorizar aspectos culturais e étnicos no processo de apropriação dos recursos naturais latino-americanos (ESCOBAR, 2005). Héctor Alimonda abordou o processo de “colonialidad de la naturaleza” criado pelos europeus na América Latina e apontou, como consequências negativas deste processo, a degradação da biodiversidade, a implantação de monocultivos voltados para o abastecimento do mercado europeu, a introdução de técnicas de mineração com alto impacto destrutivo, o genocídio de povos nativos e a perda parcial de conhecimentos e práticas indígenas de interação com a natureza (ALIMONDA, 2011).

O mexicano Enrique Leff dedicou-se ao estudo das relações entre a produção de saberes sobre a natureza e a configuração dos problemas ambientais contemporâneos. Na obra *Ecología y Capital*, escrita na primeira fase da sua carreira acadêmica, Leff considerou o “subdesarrollo” da América Latina como um efeito da prolongada dependência colonial latino-americana.<sup>5</sup>

---

4 Sobre o papel do Estado como regulador dos conflitos ecológicos distributivos, Alimonda afirma que: “El Estado, sin embargo, a través de sus múltiples mecanismos (el Derecho, para empezar), de sus instituciones, de sus políticas visibles e invisibles, de sus rutinas, es el gran Distribuidor originario que fundamenta los actuales conflictos de distribución. y es también quién establece las líneas generales macropolíticas de la gestión ambiental de los territorios que le están subordinados.” (ALIMONDA, 2011, p. 45).

5 Segundo Leff: “El subdesarrollo es el efecto de la pérdida del potencial productivo de una nación, debido a un proceso de explotación y expropiación que rompe los mecanismos ecológicos y culturales de los cuales depende la productividad sostenible de sus fuerzas productivas y la regeneración de sus recursos naturales [...] Una de las transformaciones de mayor trascendencia consistió en eliminar las prácticas agrícolas tradicionales, fundadas en una diversidad de cultivos y adaptadas a las estructuras ecológicas del trópico,

El subdesarrollo es el efecto de la pérdida del potencial productivo de una nación, debido a un proceso de explotación y expropiación que rompe los mecanismos ecológicos y culturales de los cuales depende la productividad sostenible de sus fuerzas productivas y la regeneración de sus recursos naturales [...] Una de las transformaciones de mayor trascendencia consistió en eliminar las prácticas agrícolas tradicionales, fundadas en una diversidad de cultivos y adaptadas a las estructuras ecológicas del trópico, para incluir prácticas de monocultivos destinadas a satisfacer la demanda del mercado externo. (LEFF, 1986, p. 156-157).

A preocupação com o “subdesarrollo” da América Latina perdeu importância no debate acadêmico ao longo das últimas décadas, mas os efeitos colaterais de uma agricultura voltada para a exportação, baseada na mecanização intensiva e no uso de insumos industrializados, continua relevante. Conter estes efeitos colaterais tem sido um dos grandes desafios do ambientalismo latino-americano.<sup>6</sup>

No começo dos anos 1990, Enrique Leff continuou estudando as questões ambientais numa perspectiva sociológica e direcionou sua atenção para as mudanças epistemológicas decorrentes dos problemas ambientais contemporâneos. Focado na dinâmica da produção e circulação de saberes sobre o ambiente, ele construiu o conceito de racionalidade ambiental (LEFF, 1993). Com este conceito, o autor explorou as diferenças entre a concepção de natureza existente na racionalidade capitalista (baseada nos dogmas da Ciência e na supervalorização do mercado) e o surgimento de uma racionalidade alternativa – uma racionalidade ambiental – marcada por novas formas de significação cultural da natureza, por novos hábitos de consumo e pela busca de tecnologias com baixo impacto ambiental.

Leff considerou a emergência desta racionalidade ambiental como uma experiência positiva, na medida em que ela potencializa o fortalecimento do discurso ambientalista e oferece subsídios para a crítica à racionalidade capitalista. Neste sentido, considero oportuno destacar a seguinte passagem da sua clássica obra, intitulada *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*.

[...] as contradições entre a ecologia e o capital vão além de uma simples oposição de duas lógicas abstratas contrapostas; sua solução não consiste em submeter a racionalidade econômica à lógica dos sistemas vivos ou em internalizar um sistema de normas e condições ecológicas na dinâmica do capital. A diferença entre a racionalidade ambiental e a racionalidade capitalista se expressa na confrontação de interesses sociais arraigados em estruturas institucionais, paradigmas de

---

para incluir prácticas de monocultivos destinadas a satisfacer la demanda del mercado externo.” (LEFF, 1986, p. 156-157).

6 No caso específico do Brasil, a contínua expansão da fronteira agrícola no Cerrado e na Amazônia, feita com o consentimento do poder público, tem provocado a rápida degradação da biodiversidade e dificultado a manutenção das práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais.

conhecimento, formas de compreensão do mundo e processos de legitimação, que enfrentam diferentes agentes, classes e grupos sociais. (LEFF, 2006, p. 249-250).

Nesta citação, a coexistência de dois modelos de racionalidade (a capitalista e a ambiental) nos remete ao plano do cotidiano social. Um cotidiano permeado de problemas decorrentes da degradação da natureza e, ao mesmo tempo, solo fértil para o pensamento dissidente proposto e difundido pelo ambientalismo.

O conceito de racionalidade ambiental construído por Enrique Leff coloca este autor no grupo dos intelectuais que acreditam na possibilidade de a crise ambiental produzir respostas positivas nos diferentes segmentos da realidade social. Esta perspectiva merece ser ressaltada, na medida em que ela se opõe ao pessimismo que marcou as discussões ambientais nas décadas de 1960 e 70. E aqui estamos diante de uma mudança de grande importância para a construção e a representação social do ambientalismo. Num primeiro momento, a Ciência forneceu os subsídios para a crítica ambiental; posteriormente, esta mesma Ciência fomentou debates sobre a viabilidade de conciliação entre crescimento econômico e preservação ambiental e propôs alternativas para reduzir a degradação dos recursos naturais.

E, no decorrer deste processo de mudança, permeado de interações entre o saber científico e as práticas sociais, as chamadas Ciências Humanas construíram conceitos e modelos teóricos para interpretar o ambientalismo e explicar o seu desenvolvimento histórico. As principais interpretações podem ser agrupadas em três correntes teóricas: (1) a teoria da mobilização de recursos – ligada aos valores individuais ou coletivos e estratégias que encontrariam ressonância com o sistema político; (2) a teoria dos novos movimentos sociais – que associa o movimento ambientalista ao aumento qualitativo das condições materiais de vida e às novas demandas decorrentes dessa situação; (3) a teoria do movimento histórico, complexo e multissetorial – dentro da qual uma corrente “procura demonstrar que o ativismo ambientalista surgiu de demandas por melhores condições de vida,” enquanto outra interpreta o fato como “efeito da contraproductividade (o emprego de tecnologias pesadas altamente poluentes) que veio a sensibilizar os cidadãos a demandarem por valores pós-materiais” (ALEXANDRE, 2000, p. 45).

Cada uma dessas correntes teóricas produziu estudos importantes e, apesar das diferenças, elas compartilhavam da intenção de explicar cientificamente o ambientalismo a partir da conjuntura de intensas transformações sociais e políticas que marcaram o final dos anos 1970 e a década de 1980. Naquela conjuntura, a interpretação do ambientalismo como movimento social portador de um potencial de transformação das práticas políticas foi compartilhada por diversos intelectuais, dentre os quais estavam Alain Touraine, Jürgen Habermas e Claus Offe (FERREIRA, 1999). Sob a influência de intelectuais interessados na construção de novas identidades, na emergência de uma sociedade pós-industrial

e na valorização da cultura como elemento de articulação política, o ambientalismo foi submetido ao divã das Ciências Humanas e surpreendeu seus interlocutores.

Os primeiros estudos sobre o ambientalismo (chamado por diversos autores dos anos 1980 de “ecologismo”) classificavam o movimento ambientalista como “reformista” e associavam suas ações aos interesses da classe média urbana. Eles também consideraram o movimento como um produto típico de países ricos, desenvolvidos e democráticos. Com o tempo, estas ideias foram revisadas e as Ciências Humanas foram gradualmente incorporando no seu diálogo sobre o ambientalismo questões como as múltiplas significações culturais da natureza, os problemas ambientais rurais, a construção das territorialidades étnicas e as experiências classificadas por Joan Martínez Alier como “ecologismo dos pobres”.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Joan Martínez Alier defendeu a existência de um “ecologismo dos pobres” produzido a partir da distribuição desigual dos custos ambientais e da mobilização de segmentos mais pobres da sociedade interessados em obter justiça ambiental (ALIER, 1998 e 2004).

## 2. Leituras do ambientalismo no Brasil

Propor uma genealogia para o ambientalismo no Brasil não está nos objetivos deste texto, e acredito que seria difícil construir uma narrativa histórica capaz de articular preocupações com a natureza procedentes de diferentes épocas e locais do país. Uma narrativa deste tipo teria de enfrentar o risco do anacronismo, na medida em que o conceito de ambientalismo – e as múltiplas interpretações que ele comporta – pertence ao século XX. Mas a história da preocupação com a preservação dos recursos naturais no Brasil é anterior ao surgimento do conceito e, conseqüentemente, seria um equívoco pensar que o tema não pode ser localizado em outro contexto histórico.<sup>8</sup>

A preocupação com o uso dos recursos naturais no Brasil, no período anterior ao século XX, foi abordada por José Augusto Pádua no seu livro *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. O livro analisa uma série de textos contendo o que o autor chamou de “tradição crítica ambiental” e discute, a partir de fontes documentais, problemas decorrentes da exploração comercial da natureza, implantada pelo sistema colonial lusitano e aprimorada no período imperial da história brasileira. O trabalho de Pádua é uma referência para a compreensão das relações entre a sociedade e a natureza no Brasil dos séculos XVIII e XIX, mas, apesar da sua qualidade enquanto pesquisa histórica, ele não pode ser considerado como um estudo sobre o ambientalismo brasileiro.

A bibliografia existente entende que o ambientalismo ganhou forma na segunda metade do século XX, na mesma época em que os problemas ambientais passaram a receber maior atenção da comunidade científica. No Brasil, um dos pioneiros no estudo do ambientalismo foi o sociólogo Eduardo Viola. Em um texto publicado em 1987, Viola interpretou o ambientalismo brasileiro como um “movimento histórico, complexo

---

<sup>8</sup> A preocupação com o uso dos recursos naturais no Brasil, no período anterior ao século XX, foi abordada por José Augusto Pádua no seu livro *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. O livro analisa uma série de textos contendo elementos do que Pádua chamou de “crítica ambiental” e discute, a partir de fontes documentais, problemas decorrentes da exploração comercial da natureza, implantada pelo sistema colonial lusitano e aprimorada no período imperial da história brasileira.



e multissetorial” produzido a partir de iniciativas procedentes de diferentes setores da sociedade civil em uma conjuntura histórica internacional.<sup>9</sup> Segundo Viola, a combinação de problemas ambientais com desigualdades sociais mais acentuadas, caracteriza o desenvolvimento dos movimentos ecológicos em países como o Brasil, marcados pelo seguinte problema:

Existe uma complexa tensão entre justiça social (que pode implicar, valorizar a distribuição sobre a ecologia) e o ecologismo (que pode implicar, valorizar a ecologia sobre a distribuição). (VIOLA, 1987, p. 73).

A tensão seria o produto de diferentes concepções de Ecologia e teria reflexos nas divisões do movimento ecológico e nas suas divergências quanto ao correto funcionamento da Ecologia Política. Na concepção de Viola, a história do movimento ecológico brasileiro pode ser dividida em três fases a partir do seu surgimento. Na primeira (1974-1981), predominam denúncias e iniciativas de degradação ambiental nas cidades e o surgimento de comunidades alternativas rurais; na segunda (1982-1985), há uma experiência de politização progressiva e de institucionalização dos movimentos; e na terceira fase a criação do Partido Verde (1986) é considerada pelo autor como marco na redefinição da ideia de Ecologia Política no Brasil.

Em 1991, um ano antes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, José Augusto de Pádua publicou o artigo *O nascimento da Política Verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos*. Pádua dedicou uma atenção especial aos fatores que determinaram o surgimento e o perfil do Partido Verde no Brasil dos anos 1980 e considerou a possibilidade da Teoria de Inglehart ser válida para a experiência brasileira.<sup>10</sup> Propondo a distinção entre fatores “endógenos” e “exógenos” para explicar a expressiva receptividade do ambientalismo no Brasil, o autor aponta como possível

---

9 Com base no modelo de classificação dos países que estava em uso nos anos 1980, Viola abordou as semelhanças e diferenças entre o “ecologismo” do Primeiro Mundo (existente nos países mais ricos do Hemisfério Norte), o do Segundo Mundo (composto pelos países socialistas) e o “ecologismo” do Terceiro Mundo (grupo no qual o Brasil estaria inserido). Ele também procurou identificar divisões no movimento ecológico mundial a partir de quatro correntes: ecologistas fundamentalistas, ecologistas realistas, ecossocialistas e ecocapitalistas.

10 A Teoria de Inglehart é baseada nos estudos de Ronald Inglehart. Este autor exerceu grande influência nos debates sobre a modernização nos anos 1970 e 80, quando relacionou o surgimento de valores pós-materialistas ao desenvolvimento econômico de uma determinada sociedade ou nação. Segundo Inglehart, a “segurança existencial” decorrente do crescimento econômico potencializa maior disposição para mudanças no comportamento social e abre espaço para questões pós-materialistas como a preservação da natureza (RIBEIRO, 2008).

fator endógeno a existência de uma tradição imaginária de valorização da natureza na cultura e na política brasileira.

Vindo de cronistas e da arte colonial, passando pelo romantismo do século XIX, sob cuja influência se formaram representações simbólicas da independência nacional, existe uma forte tradição que identifica o Brasil pela grandeza da sua natureza. Os principais símbolos nacionais se relacionam com as matas, os céus, os metais, a fauna e a flora. Essa tradição encontra forte presença também na cultura popular. Apesar de ser um fator dificilmente mensurável em termos objetivos – e tratar-se de um dualismo bastante esquizofrênico, tendo em vista a história real da devastação –, essa tradição pode ser apontada como relevante na criação de uma predisposição no universo mental brasileiro para o discurso ecologista. (PÁDUA, 1991, p. 146).

Pádua estava correto na sua percepção sobre a existência de um imaginário popular que exalta a fauna e a flora do Brasil, mas considerar este imaginário como um fator de “predisposição para o discurso ambientalista” é uma opção discutível, pois as relações entre a sociedade e a natureza são complexas e excedem o plano das simbologias e dos discursos. Neste sentido, devemos ter em conta que a exaltação da natureza no Brasil coexistiu com um desejo de modernidade e de “submissão” do mundo natural aos interesses da sociedade. Neste caso, seria mais correto falarmos da existência de ambiguidades nas representações da natureza construídas no Brasil em diferentes períodos da sua história.<sup>11</sup>

Um aspecto original no artigo de Pádua foi a sua referência aos intelectuais que retornavam do exterior influenciados por “ideias ecológicas” discutidas nas universidades da Europa e da América do Norte e simpatizantes do ativismo ambientalista que estava em curso no Hemisfério Norte. José Lutzenberger e Fernando Gabeira seriam exemplos ilustrativos de intelectuais que se dedicaram ao fomento do ambientalismo brasileiro a partir de experiências adquiridas no exterior. Dentro desta perspectiva, o ambientalismo brasileiro dos anos 1970 e 80 incorporou temas e demandas difundidas no Brasil por intelectuais que estabeleceram contato com o movimento no exterior.

No começo dos anos 1990, Eduardo Viola apresentou uma reformulação no seu estudo sobre o movimento ecológico brasileiro, efetuando importantes mudanças. Os limites cronológicos foram redefinidos para destacar o período entre 1971 e 1991, e o “enfoque do movimento histórico” usado em 1987 recebeu uma definição mais elaborada para contemplar a diversidade de atores sociais envolvidos com o ambientalismo brasileiro.

No enfoque do movimento histórico, as organizações não governamentais e grupos comunitários dedicados à proteção ambiental são parte de um movimento mais amplo que inclui: setores

---

11 Para os interessados no estudo das ambiguidades na representação da natureza brasileira, recomendo as obras *Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)*, de Luciana Murari, e *Proteção à Natureza e Identidade Nacional, anos 1920-1940*, de José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drumond.

do empresariado cujos sistemas produtivos preenchem em medida significativa o critério de sustentabilidade, grupos e instituições científicos cujo esforço de pesquisa coloca-se no rumo da sustentabilidade, setores da estrutura estatal (particularmente agências ambientais) que consideram a proteção ambiental como uma dimensão fundamental da ação do governo, agências intergovernamentais orientadas para a sustentabilidade planetária. (VIOLA, 1992, p. 51-52).

Outra mudança importante foi a valorização das discussões sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil. Tratando deste assunto, Viola refere-se à “fase fundacional” do ambientalismo brasileiro (1971-1987) como um período de “ingenuidade e ignorância” sobre o desenvolvimento sustentável. Mas na fase seguinte (1988-1991) a dicotomia entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental vai cedendo espaço para aproximações entre ecologistas, cientistas, economistas e políticos.

Até meados da década de 1980, a grande maioria dos ambientalistas brasileiros era externa ao problema do desenvolvimento; ecologia e economia eram percebidas como duas realidades antagônicas. Predominava uma visão ingênua e simplista, segundo a qual uma mudança de valores e comportamentos na sociedade (que seria o produto fundamental da prédica ambientalista), associada a uma nebulosa ideia de acesso ao poder por parte dos representantes das classes mais pobres da população, teria como consequência uma mudança radical da política econômica (e de todas as políticas públicas) na direção de uma sociedade ecologizada. (VIOLA, 1992, p. 66).

As relações entre o Estado e o movimento ambientalista também foram abordadas no texto que Viola publicou em 1992. Na interpretação proposta pelo autor, a capacidade do sistema político de interferir nas ações ambientalistas apontava em duas direções: o setor mais moderado era canalizado pelo Estado, enquanto o setor mais radical desafiava o sistema político. E, para contemplar estes dois setores do movimento ambientalista, o sistema político foi gradualmente incorporando “a proteção ambiental como parte fundamental do conteúdo normativo da democracia”.

Em 1995, em um artigo escrito com Héctor Leis, Viola reafirma a sua interpretação do ambientalismo brasileiro como um movimento histórico de redes complexas e multissetoriais que teria começado com grupos comunitários integrados por ambientalistas profissionais e amadores e com as primeiras agências estatais ligadas à questão ambiental e, posteriormente, teria se expandido e alcançado outros segmentos sociais. Viola e Leis não explicam como foi o processo de expansão do movimento ambientalista brasileiro, mas, em contrapartida, apontam as seguintes deficiências apresentadas pelo movimento:

[...] carência de uma agenda estruturada e concreta da questão da sustentabilidade para a sociedade brasileira; falta de elementos teóricos e analíticos a respeito de como construir-se uma coalizão sociopolítica sustentabilista no Brasil [...]; bases organizativas ainda precárias com tendências a sobredimensionar as superestruturas; comunicação ainda parcial e deficitária intersetores (do

ambientalismo); produção limitada e baixa circulação de informação; [...]. (VIOLA; LEIS, 1995, p. 144-145).

Nos anos seguintes, Eduardo Viola produziu outros dois artigos, dando continuidade aos seus estudos sobre o ambientalismo brasileiro. Em 1996, publicou um texto abordando a “transnacionalização” da política ambiental brasileira<sup>12</sup>; no ano seguinte, publicou um trabalho destacando o papel dos financiamentos internacionais no ambientalismo do Brasil.

Longe de esgotar as possibilidades de estudo sobre ambientalismo brasileiro, os textos de Eduardo Viola revelam a complexidade desse tema e apontam as dificuldades da Sociologia para explicar o surgimento e atuação dos movimentos de preservação ambiental no cenário brasileiro. Nos trabalhos de Viola, percebe-se uma dupla estratégia para traduzir uma realidade social em códigos científicos: o estudo empírico e a teorização. A metodologia usada indica a intenção de enquadrar o tema em um macromodelo de interpretação sociológica. Neste macromodelo, existe um predomínio da ordenação causa/efeito (via cronologia ou fatos de grande projeção) e uma carência de aprofundamento na multiplicidade de ideias, valores, motivações, estratégias e experiências presentes nos atores sociais que construíram o movimento ambientalista brasileiro.

O trabalho de Agripa Faria Alexandre, intitulado *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro*, contém uma crítica ao enfoque usado por Viola e apresenta outras possibilidades de interpretação para o mesmo tema. O ponto central da crítica que Alexandre dirige à Viola reside na supervalorização do papel das instituições estatais e da legislação no desenvolvimento do ambientalismo no Brasil. O autor também discorda da interpretação evolucionista que acompanha o “enfoque histórico multissetorial” proposto nos estudos de Eduardo Viola por entender que ela encobre o problema da perda da radicalidade do ambientalismo brasileiro. A perda seria consequência de uma combinação de fatores, dentre os quais o autor destaca a banalização do discurso ambientalista na imprensa, a crescente absorção da questão ambiental pelo aparelho estatal, o marketing ecológico adotado pelas empresas e a dificuldade do Estado para produzir e implantar políticas ambientais eficientes. Diante desta conjuntura de fatores, o ambientalismo brasileiro enfraqueceu. Segundo Alexandre, ao longo dos anos 1990:

---

12 O autor aponta alguns vetores que promoveram a transnacionalização da política ambiental brasileira e destaca os seguintes: “o consenso mundial sobre a importância decisiva da Amazônia, em termos de clima regional e biodiversidade global, [...], a influência de padrões internacionais de proteção ambiental sobre setores exportadores brasileiros, [...] a mudança na disponibilidade de fundos dos bancos para o Brasil, em 1980-1990, para [...] o saneamento básico e proteção ambiental, o processo de modernização ecológica, [...]” (VIOLA, 1996, p. 61-63).

O movimento passa a perder a sua espontaneidade, o seu ativismo político-crítico, e ganha força enquanto bandeira oportunista para empresários, publicitários, agências setoriais de governo. Perdem as minorias, mesmo aquelas que na esperança de poderem pressionar o governo e empresários nas arenas políticas criadas teoricamente para a discussão dos problemas socioambientais (leia-se, por exemplo, os conselhos setoriais do meio ambiente no nível federal, estadual e municipal), acabam sendo literalmente “engolidas” pelas forças burocráticas do sistema. (ALEXANDRE, 2003, p. 94-95).

As mudanças ocorridas no movimento ambientalista brasileiro, ao longo dos anos 1990, foram interpretadas por Agripa Faria Alexandre como uma “perda da radicalidade” e como resultado da absorção/institucionalização/normatização das questões ambientais pelo aparelho estatal. A interpretação proposta por Alexandre apresenta semelhanças com o conceito de *paradigma da adequação ambiental*, usado por Andréa Zhouri para discutir a crescente valorização do saber técnico e do desenvolvimento sustentável na percepção e discussão dos problemas ambientais brasileiros (ZHOURI, 2005). Inserido no contexto de retração do Estado e de adoção de políticas neoliberais que marcaram os anos 1990, o *paradigma da adequação ambiental* foi acompanhado pela crença na capacidade de soluções técnicas e burocráticas para reduzir a degradação do ambiente e conter os conflitos gerados pela divergência de interesses em torno do uso dos recursos naturais. Seguindo esta crença e apostando na viabilidade do desenvolvimento sustentável<sup>13</sup>, o governo procurou responder as diferentes demandas do movimento criando leis e normas técnicas voltadas para preservação ambiental e implantando práticas de gestão ambiental.

Diferenciando-se de Viola, Alexandre e Pádua, que concentraram suas atenções no desenvolvimento histórico do ambientalismo no Brasil, o trabalho de Selene Carvalho Herculano sobre o Fórum das ONGs que antecedeu a Rio-92 apresenta um recorte específico na atuação do movimento do ambientalista.<sup>14</sup> Depois de produzir e coletar um vasto conjunto de informações, Herculano procurou interpretar o Fórum como uma experiência de construção de um posicionamento do movimento ambientalista brasileiro sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável e enfatizou quatro questões: (1) a concepção dos ecologistas como uma elite; (2) as circunstâncias adversas em que os

---

13 O conceito de *desenvolvimento sustentável* é complexo e polêmico. Ele surgiu no contexto das discussões acadêmicas sobre os problemas ambientais decorrentes do crescimento econômico (discussões que incluíam adeptos e críticos do neomalthusianismo). Incorporado no programa político da Organização das Nações Unidas a partir do Relatório Nosso Futuro Comum – entregue à Assembleia Geral da ONU em 31 de dezembro de 1987 – ele apresentou uma construção teórica fraca, mas, em contrapartida, marcou uma forte rejeição da ONU ao pessimismo dos neomalthusianistas. (RIBEIRO, 1992).

14 HERCULANO, Selene C. O campo do ecologismo no Brasil: o Fórum das ONGs. In: *Política e Cultura – visões do passado e perspectivas contemporâneas*. REIS, Elisa; FRY, Peter; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (Orgs). São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1996, p. 91-127.

ecologistas atuavam; (3) os resultados do Fórum; (4) as relações dos membros do evento com o governo. A primeira questão – o elitismo – destaca o elevado grau de escolaridade e a média salarial dos ecologistas presentes no Fórum ou consultados via questionário; a segunda diz respeito à força do comodismo na sociedade brasileira e às precárias condições materiais e financeiras da maioria das ONGs<sup>15</sup>; a terceira aponta as dificuldades de funcionamento do Fórum, que concedeu igualdade no direito de voto para ONGs diversificadas em tamanho, estrutura e poder de ação; e a última trata da expressiva presença de ecologistas vinculados ao serviço público e do papel do Estado na área ambiental.

A proposta do Fórum das ONGs era representar a sociedade civil brasileira nas discussões ambientais, mas, na prática, a realização do evento foi marcada pelo envolvimento profissional e institucional dos ambientalistas com o Estado. Situação contraditória, a respeito da qual Herculano fez a seguinte observação:

O campo ecologista aqui analisado através da história do Fórum parece buscar a política cultural e a transformação do Estado, (...), enquanto sua representação na arena política formal é pequena, pois os movimentos ambientalistas e sociais padecem de falta de representatividade em relação ao total da população brasileira. Assim, o campo do Ecologismo ficou marcado pela dependência ao Estado e à solidariedade internacional e por alianças frágeis entre grupos que competem por capital simbólico, social e cultural, gerando suspeições mútuas.<sup>16</sup>

Na opinião de Herculano, a “dependência” do Estado e da “solidariedade internacional”, assim como as “suspeições mútuas” entre os grupos interessados na preservação da natureza, seriam aspectos negativos do ambientalismo brasileiro. A interpretação proposta pela autora está fundamentada em um amplo e qualificado trabalho de pesquisa e, neste sentido, ela merece consideração. Mas se observarmos com atenção o enfoque usado pela pesquisadora, podemos encontrar duas limitações decorrentes da pesquisa: o reduzido recorte cronológico da análise e a supervalorização do Fórum das ONGs como experiência de mobilização dos ambientalistas brasileiros.

Grandes eventos internacionais certamente oferecem pistas importantes para uma história do ambientalismo no Brasil, todavia é preciso disposição para explorar eventos de impacto regional; ou, dito de outra forma, é preciso pensar com mais atenção as particularidades e a complexidade das mobilizações ambientalistas em diferentes regiões do país. A bibliografia nacional contém interessantes exemplos de estudos que abordam o

---

15 É nessa parte do seu estudo que Herculano compara o ecologista brasileiro com a figura mitológica do herói que enfrenta as adversidades com bravura e luta por uma causa “nobre e engrandecedora”.

16 Ibid., p. 122.

ambientalismo com enfoques regionais, com um predomínio de estudos focados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.<sup>17</sup>

Valorizar questões regionais é uma opção para avançarmos no entendimento do ambientalismo brasileiro, e explorar a temática da Educação Ambiental no Brasil é outra opção. E, neste nicho específico da bibliografia, importa destacarmos a Tese de Isabel Cristina de Moura Carvalho, publicada com o título de *A Invenção Ecológica – Narrativas e Trajetórias de Educação Ambiental no Brasil*, na qual encontramos subsídios para explorar as conexões entre o ambientalismo brasileiro e a Educação Ambiental. Carvalho trabalhou com a narrativa da trajetória de vida de 18 personalidades (16 educadores ambientais e dois “líderes ecológicos”) e, a partir destas narrativas, propôs uma interpretação do “campo ambiental” como um espaço social de sentidos e experiências através das quais surge a figura do “sujeito ecológico” – um sujeito capaz de assumir uma ação educativa comprometida com o meio ambiente. Tomando os estudos de Viola, Herculano, Crespo<sup>18</sup>, e Reigota<sup>19</sup> como “testemunhos da produção do sujeito ecológico” no Brasil, Carvalho apresenta a imagem desse sujeito construída pelos autores.

Um sujeito que pode ser visto em sua versão grandiosa como um sujeito heroico, herdeiro de tradições políticas de esquerda, mas protagonista de um novo paradigma político-existencial; em sua versão *new age* é visto como alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário, holista; e também em sua versão *ortodoxa*, na qual é suposto aderir a um conjunto de *crenças básicas*, uma espécie de cartilha – ou ortodoxia – epistemológica e política da crise ambiental e dos caminhos para enfrentá-la. (CARVALHO, 2002, p. 74).

Propondo outra leitura do “sujeito ecológico”, Carvalho procura recompor a historicidade do campo ambiental destacando a importância de experiências como o naturalismo inglês do século XVII; a ideia iluminista de uma natureza controlada pela razão; as sensibilidades burguesas do século XVIII; o romantismo europeu dos séculos XVIII e XIX; o imaginário edênico que acompanhou a colonização da América; e a contracultura dos anos 60. A percepção de que a contracultura foi um marco histórico importante na configuração do campo ambiental é uma contribuição importante oferecida pelo estudo de Carvalho.

---

17 Este predomínio pode ser explicado por dois fatores: (1) nas décadas de 1980 e 90 o ativismo ambientalista brasileiro manifestou um perfil predominantemente urbano e, conseqüentemente, ele foi mais intenso nos estados do Sul e Sudeste; (2) existem instituições de Ensino Superior que fomentam a produção de estudos relacionados ao ambientalismo e aos problemas ambientais nos estados do Sul e Sudeste.

18 CRESPO, Samyra. *O que o brasileiro pensa sobre meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade*. Rio de Janeiro: MMA/MAST/ISER, 1997.

19 REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.

Pela característica geracional daqueles que hoje estão entre os 40 e 60 anos e constituem a geração pós-fundadores no campo ambiental, momentos importantes de sua juventude e socialização – graduação universitária, primeiras experiências de ação política, associação gremial, filiação partidária, definições das afinidades ideológicas, entrada no mundo profissional – estão datados nos anos 60 e 70. Para muitos das gerações mais novas, o clima contracultural faz parte uma memória que, mesmo não vivida, é adquirida pela inserção no campo e/ou convivência com amigos, irmãos e primos mais velhos [...]. (CARVALHO, 2002, p. 94).

Na reconstrução histórica feita por Carvalho, o encontro de antigas sensibilidades diante da natureza – naturalismo e romantismo – com a contracultura dos anos 60 influenciou nas principais características do ambientalismo: a ressignificação da natureza com o reconhecimento de seu estatuto de “sujeito jurídico”, e a dimensão política com a crítica social e a inserção da questão ambiental na esfera pública.

O conjunto de trabalhos de Viola, Alexandre, Pádua, Herculano e Carvalho, analisado nesta parte do texto, não contempla a totalidade de leituras sobre ambientalismo brasileiro disponível na bibliografia, mas, em contrapartida, destaca uma série de temas de grande importância e complexidade – temas que continuam instigando a produção de novos estudos. A amostra de trabalhos selecionada indica uma predominância de estudos que interpretam o ambientalismo na macroescala geográfica, e, apesar das contribuições que esse tipo de abordagem oferece para a composição de um panorama do movimento ambientalista no âmbito nacional, entendo que ela comporta o risco de uma leitura generalizada das experiências de proteção à natureza ocorridas no Brasil. Para evitarmos este risco, proponho pensarmos o ativismo ambientalista em escalas geográficas mais reduzidas, explorando com maior profundidade as suas estratégias de Educação Ambiental e o seu envolvimento com associações comunitárias e partidos políticos a partir de problemas regionais. Procedendo desta forma, evitamos interpretações generalizadas e criamos a possibilidade de valorizar a dimensão cultural do ativismo ambientalista.



### 3. A construção textual do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos

O ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos foi o objeto da minha dissertação de Mestrado, concluída e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS no ano de 2007.<sup>20</sup> Produto de uma pesquisa baseada em fontes documentais diversas (imprensa, documentos do poder público, acervo de entidades ambientalistas e relatos orais), a dissertação procurou explorar a historicidade do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos, valorizando particularidades regionais, dentre as quais destaquei o trabalho pioneiro de Henrique Luiz Roessler<sup>21</sup>, atuação de ONGs ambientalistas nas cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, a construção e difusão textual do ambientalismo no Vale dos Sinos e a memória que os ambientalistas possuem sobre as suas experiências de dedicação à preservação ambiental.

Nesta seção específica do artigo, pretendo construir um exercício interpretativo focado na produção textual do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos e, mais especificamente, focado na sua dimensão científica e no pensamento de Carlos Aveline e Arno Kayser, dois importantes líderes do ativismo ambiental na região. Trata-se então de um recorte no conjunto de temas contemplados pela dissertação de Mestrado – recorte necessário para que se possa reduzir a escala de abordagem do ambientalismo e concluir a proposta inicial do texto.

O ponto de partida do exercício interpretativo proposto está no livro do Padre Balduino Rambo, S.J., publicado pela primeira vez em 1942, com o título *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*. Nele, Rambo articulou conhecimentos de Geologia, Paleontologia, Geografia e Botânica para compor um panorama amplo da natureza no extremo Sul do Brasil.

---

20 RÜCKERT, Fabiano Quadros. *História e Memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

21 Existe uma biografia sobre Henrique Luiz Roessler que merece ser consultada pelos interessados na história da preservação ambiental no Rio Grande do Sul. A bibliografia foi produto da Dissertação de Mestrado em História de Elenita Malta Pereira e recentemente foi publicada no formato de livro, com o título *Roessler – O Homem que Amava a Natureza* (São Leopoldo: OIKOS, 2013).

Considerado um estudo de referência pela comunidade científica da época, *A Fisionomia do Rio Grande do Sul* contém um capítulo de encerramento com o título “Proteção à Natureza”; nesta parte específica da obra, Rambo advertiu para a necessidade de preservação da natureza e registrou sua preocupação com a degradação dos ambientes naturais no Rio Grande do Sul.

Baseado em suas observações e no seu conhecimento científico e influenciado pela sua formação religiosa, que considerava a preservação da natureza como um princípio ético, Rambo aderiu ao grupo de intelectuais que defendia a criação de Parques Nacionais no Brasil. Ele entendia que era responsabilidade do governo reservar espaços para que as diversas espécies da fauna e da flora pudessem ser protegidas do avanço da agricultura e da urbanização.<sup>22</sup>

O trabalho de Balduino Rambo difundiu-se pelo incipiente meio acadêmico do Rio Grande do Sul e atingiu um público amplo através da imprensa e da sua rede de interlocutores.<sup>23</sup> Desta forma, as ideias de Rambo sobre a preservação da natureza, registradas na sua clássica obra *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*, influenciaram na criação de políticas ambientais e influenciaram na articulação do movimento ambientalista gaúcho.

Seguindo nosso roteiro para mapear a dimensão científica do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos, passamos da obra do Padre Balduino Rambo, S.J., para a obra do Padre Pedro Calderan Beltrão, S.J., um dos pioneiros no estudo da Ecologia Humana na região. A lista de publicações do Padre Pedro Calderan Beltrão contém dezenas de obras publicadas em diversos idiomas, e aqui faço referência a uma pequena parcela dessa lista, destacando textos que a UNISINOS publicou em seus periódicos científicos.

O primeiro artigo de Beltrão publicado pela UNISINOS intitula-se *A evolução do pensamento marxista sobre a população*.<sup>24</sup> O artigo data de 1973 e aborda as relações entre de-

---

22 Segundo Daniel Porciuncula Prado: “Para o RS, Rambo entendia existirem dois aspectos que favoreciam a criação de um parque nacional, sendo o primeiro a riqueza das “formas naturais”, e a segunda premissa, o “perigo da destruição incessante da lavoura”. [...] Em sua visão, os locais mais privilegiados para a criação de reservas naturais seriam as florestas em torno do curso do Rio Uruguai e os Aparados da Serra.” (PRADO, 2011, p. 62).

23 É importante lembrarmos que, além de lecionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo e no Colégio Anchieta, Rambo exerceu docência na UFRGS e nesta instituição foi o responsável pela criação da Cátedra de Antropologia e Etnografia. Ele também foi o responsável pela organização do Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais; foi o criador do acervo de plantas do atual Instituto Anchietano e fundou a Revista Iheringia, dedicada à publicação de pesquisas na área das Ciências Naturais. Para os interessados na obra deste importante cientista brasileiro, recomendo a leitura do livro *Pe. Balduino Rambo. A pluralidade na unidade. Memória, religião, cultura e ciência*.

24 BELTRÃO, Pedro Calderan. A evolução do pensamento marxista sobre a população. *Vale do Rio dos Sinos*, n° 8. São Leopoldo: UNISINOS, 1973, p. 6-29.

mografia e desenvolvimento econômico, revisando interpretações a respeito do assunto, procedentes da União Soviética. Seguindo um caminho oposto ao da maioria dos países do mundo no período pós-guerra, os soviéticos reduziram suas taxas de natalidade e, por meio de demógrafos e economistas, passaram a defender o planejamento familiar como uma condição para o equilíbrio entre economia e população. Inseridas no antigo debate entre o malthusianismo e o marxismo, algumas posições defendidas pelos soviéticos alertavam para a degradação do meio ambiente gerada pela explosão demográfica e para o problema que esse fenômeno representava na meta de aumento da qualidade de vida das populações humanas.

Em 1974, a mesma revista publica outro texto de Beltrão intitulado *Explosão demográfica: um pesadelo para o futuro da humanidade*.<sup>25</sup> Nesse artigo, Beltrão analisa a experiência contemporânea de transição de uma “aceleração demográfica” para uma “desaceleração demográfica”, ressalta as diferenças entre a demografia urbana e a rural e aponta algumas tendências para o futuro, prevendo o crescente desgaste dos recursos naturais.

Entretanto, embora desacelerado, o crescimento da população mundial acarretará inevitavelmente, nos primeiros decênios do século XXI, um *volume* demográfico tal que *multiplicado pelo aumento dos níveis de consumo necessários para uma vida ainda que mediocremente confortável para toda a humanidade*, poderia levar a um desgaste tal dos recursos, especialmente dos recursos minerais não renovados, e a uma contaminação tal do meio ambiente (ar, água, solo, etc.) que soaria a hora do colapso de tantos sonhos nossos de progresso, material e outro. É o aspecto ecológico, pois, e não propriamente o demográfico, que constitui hoje um pesadelo para a humanidade, ao menos para as nações mais desenvolvidas, particularmente nos Estados Unidos da América. [...] a crise ecológica não tem seu fator determinante no crescimento demográfico, mas na incapacidade das autoridades públicas em coibir os efeitos nocivos da economia industrial e da urbanização.<sup>26</sup>

Acompanhando a valorização mundial da temática ambiental, em 1975, a UNISINOS publica outros dois textos do padre Beltrão, um intitulado a *Ecologia Humana*<sup>27</sup> e o outro intitulado *ONU – 1974 – ano mundial da população. A conferência e tribuna mundial de Bucarest*.<sup>28</sup> O primeiro foi apresentado na aula inaugural do curso de Especialização em Ecologia Humana oferecido pela instituição, e o segundo foi um relato da organização e do funcionamento da Conferência Mundial da População realizada pela ONU, em Bucarest.

---

25 BELTRÃO, Pedro Calderan. Explosão demográfica: um pesadelo para o futuro da humanidade. *Vale do Rio dos Sinos*, nº 9. São Leopoldo: UNISINOS, 1974, p. 39-51.

26 *Ibid.*, p. 49-50.

27 BELTRÃO, Pedro Calderan. Ecologia Humana. *Vale do Rio dos Sinos*, nº 11. São Leopoldo: UNISINOS, 1975, p. 39-54.

28 BELTRÃO, Pedro Calderan. ONU – 1974 – ano mundial da população. A conferência e tribuna mundial de Bucarest. *Vale do rio dos Sinos*, nº 11. São Leopoldo: UNISINOS, 1975, p. 55-62.

Na aula inaugural proferida pelo Padre Beltrão, encontramos considerações a respeito de como a questão ambiental estava sendo pensada no âmbito mundial e informações sobre o Plano Mundial de Ação Populacional da ONU e sobre os estudos do Clube de Roma. Do texto usado na aula inaugural, importa destacarmos o trecho em que o padre Beltrão apresenta a justificativa da interdisciplinaridade no estudo da Ecologia Humana.

A fase de intensa industrialização que atravessamos, junto com a aceleração do crescimento urbano, sobretudo nas metrópoles, nos coloca hoje ante a urgente tarefa de replanejar a ocupação racional do habitat humano.

A intervenção inconsiderada no meio ambiente pela devastação da fauna e da flora, a poluição descontrolada do solo e do ar, o desperdício de recursos naturais, provocam desequilíbrios que ameaçam a meta de um desenvolvimento continuado e harmonioso. Os mais conscientes reclamam, com urgência, da adoção de uma política de restauração e conservação do equilíbrio ecológico e uso racional de recursos naturais.

O homem passou a exercer um papel cada vez mais importante e decisivo na determinação do meio ambiente. A explosão populacional transformou-se recentemente em explosão urbana. A análise desse fenômeno, nos seus determinantes e conseqüências, objeto das ciências demográficas, constitui-se em conhecimento fundamental para o planejamento urbano e a ação sobre o meio ambiente.

A Ecologia e a Demografia constituem-se, assim, em duas ciências intimamente relacionadas com a análise dos problemas do controle do meio ambiente e do estabelecimento de políticas racionalizadoras para o mesmo.

Parece conveniente, por isso, que o curso sobre os problemas do meio ambiente, que aqui se propõe, procure oferecer disciplinas de ambas estas ciências enfocadas, conjugadas para os objetivos propostos.

Uma razão forte para a UNISINOS montar um curso de especialização nesta área está no fato de que ela já possui uma infraestrutura básica neste setor. Primeiramente, um corpo de professores que no campo da Sociologia têm três doutores e cinco mestres, além de três em curso de mestrado no exterior [...]. Além disso, possui também o CEDOPE, com pesquisas realizadas no campo específico da Demografia.

No setor da Ecologia, a Universidade também possui pessoal preparado e longa tradição de pesquisa. O antigo curso de História Natural já é sobejamente conhecido pelo alto nível de ensino, a elevada qualificação do seu corpo docente e por pesquisas originais ligadas a questões ecológicas.<sup>29</sup>

Beltrão acreditava na possibilidade de compreensão dos problemas ambientais da sociedade contemporânea a partir do estudo da Demografia e da Ecologia e argumentava que a existência de um corpo docente qualificado para a pesquisa justificava a iniciativa da UNISINOS em oferecer o curso de Especialização em Ecologia Humana. A iniciativa

---

29 BELTRÃO, Pedro Calderan. *Ecologia Humana. Vale do rio dos Sinos*, nº 11, 1975, p. 51-52.

reforçou o envolvimento da entidade com a questão ambiental no Vale do Rio dos Sinos – um envolvimento mediado pela produção e socialização do saber científico.

Este envolvimento da UNISINOS com o ambientalismo local iniciou-se nos anos 1960 e foi intensificado nas décadas seguintes. Em 1979, durante a realização do *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos*<sup>30</sup>, a pesquisadora Crista Knäper fez uma referência aos estudos que a UNISINOS realizava para acompanhar as questões ambientais da região.<sup>31</sup> Durante a sua comunicação, Knäper recordou sua experiência pesquisando a poluição no rio dos Sinos.

Hoje, voltamos em especial mais uma vez às margens do rio dos Sinos. Estas mereceram e ainda merecem a nossa atenção desde os idos tempos de estudante, quando recebíamos material pedofaunístico ora coletado pelo Prof. Pe. Clemente Steffen, ora pelo biólogo Renato Petri Leal, ora por estudantes excursionistas. Em 1968, o Prof. Dr. Pedro Ernesto Häeser e nós fizemos um levantamento de 15 em 15 dias nas margens do rio dos Sinos, durante um ano. A partir do término desse trabalho, analisamos oligoquetos terrestres semanalmente, a fim de acompanharmos a evolução de alguns pontos das margens do rio dos Sinos, mais ou menos nas proximidades da Universidade. A seguir, foram projetados 81 slides obtidos no Rio dos Sinos e de material coletado em suas margens, em que foram constatadas não somente alterações ambientais, mas, sobretudo, a degradação que leva a uma involução ambiental, que comprometerá a perpetuação da vida e sobrevivência não somente da fauna e da flora, mas também do ser humano que vive mais ou menos próximo da margem e até mesmo no centro urbano.<sup>32</sup>

Os estudos com oligoquetos<sup>33</sup> realizados ainda nos 1960 já comprovavam o elevado índice de degradação ambiental que atingia o rio dos Sinos e levantavam, nos pesquisadores, preocupações quanto à sobrevivência da fauna e da flora nas suas margens. A distância temporal aparentemente pequena entre as pesquisas lembradas por Christa Knäper e o evento que estava debatendo o problema da poluição hídrica não deve ser diminuída em seu valor histórico. Ela expressa a memória de uma tradição local de pesquisas e faz uma justa referência a nomes que realizaram um importante trabalho na formação de estudan-

---

30 CÂMARA DE VEREADORES; UNISINOS. *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: Rotermond, 1979.

31 Produzido numa parceria entre a Prefeitura de São Leopoldo e a UNISINOS, o *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos* foi realizado diante de um contexto de sensibilização da sociedade pela mortandade de peixes ocorrida no Rio dos Sinos, no verão de 1979. O evento realizou-se no auditório da Biblioteca Municipal Olavo Bilac, nos dias 26 e 27 de abril de 1979. (HARRES; RÜCKERT, 2011).

32 CÂMARA DE VEREADORES; UNISINOS. *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: Rotermond, 1979, p. 12-13.

33 Os oligoquetos são animais terrestres genericamente conhecidos como minhocas. O estudo da presença e do comportamento dos oligoquetos em uma determinada região oferece parâmetros para avaliar variações na composição e na fertilidade do solo.

tes em Ciências Naturais e no incentivo do envolvimento e do comprometimento com a preservação da natureza.

A ideia de que a Ciência deveria ajudar na compreensão e solução dos problemas ambientais não estava restrita ao espaço acadêmico da UNISINOS. Ela também encontrou espaço na Educação Básica e no Ensino Médio da região. No caso específico de São Leopoldo, importa destacarmos o trabalho de João Ignácio Daudt, professor de Ciências e membro da AGAPAN-NL. Nos anos 1970, Daudt lecionou no Colégio São José e na Escola Técnica Pedro Schneider e organizou Clubes de Ciência voltados para estudo da poluição do rio dos Sinos. Nos Clubes de Ciência, alunos do professor Daudt coletavam amostras de água do rio dos Sinos e examinavam no laboratório a composição química e orgânica destas águas (RÜCKERT, 2007). Os resultados dos exames foram divulgados na *Revista Rua Grande*, periódico que colaborou para ampliar o ciclo de produção e socialização de um saber científico sobre o ambiente local.<sup>34</sup>

A participação da imprensa local na socialização do ambientalismo é um aspecto que merece a nossa atenção. Durante a pesquisa, foi possível observar que o movimento ambientalista ganhou um expressivo espaço nas páginas de revistas e jornais publicados no Vale dos Sinos. Na *Revista Rua Grande* as ações do movimento ambientalista foram noticiadas com certa regularidade ao longo dos anos 1970, período em que os jornais *Vale dos Sinos* e *NH* também demonstraram interesse pelo ativismo ambientalista.

O espaço concedido pela imprensa nas cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo foi ocupado por diversos membros do movimento ambientalista local e, dentre estes membros, estavam Carlos Aveline e Arno Kayser.

Carlos Aveline contribuiu para a criação do Comitê de Proteção, Pesquisa e Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (COMITESINOS), criado em 1988; ele também foi um dos representantes das ONGs da região sul do país no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)<sup>35</sup> e no FNMA e participou ativamente da organização do Fórum das ONGs na Rio-92. Arno Kayser desenvolveu diversos projetos de Educação Ambiental para a Prefeitura de Novo Hamburgo, foi presidente do Movimento Roessler pela Proteção da Natureza, exerceu uma participação importante na criação do Parque Municipal Henrique Luiz Roessler – o Parcão de Novo Hamburgo – e colaborou para o surgimento do COMITESINOS.

---

34 *Revista Rua Grande*. São Leopoldo, 06/09/1973. Sinos: a análise microscópica da água, p. 20-23. *Revista Rua Grande*. São Leopoldo, 14/10/1974. A poluída água do Sinos, p. 18-20. *Revista Rua Grande*. São Leopoldo, 06/12/1974. A contaminada água do Sinos, p. 36-38.

35 O Conselho Nacional do Meio Ambiente foi criado a partir da Lei Nº 6.938/81 e na sua composição estava assegurada a participação de dois representantes de entidades ambientalistas para cada região geográfica do Brasil.

Da produção textual de Aveline, importa destacarmos o livro *Aqui e agora. Para viver até o século XXI*,<sup>36</sup> e, da produção textual de Kayser, importa destacarmos o livro *Signos da Renovação – por um agir ecológico*.<sup>37</sup> Ligadas pela valorização das relações entre o ser humano e a natureza e publicadas pela mesma editora, as obras diferem na sua origem e estrutura textual, e, embora não tenham sido escritas com a pretensão de caracterizar o ambientalismo no Vale dos Sinos dos anos 1980, elas oferecem um panorama básico de como a questão ambiental era observada e interpretada textualmente por dois dos mais expressivos pensadores e ativistas do ambientalismo no Vale.

O livro de Aveline foi um produto encomendado pela Editora Sinodal e, de certa forma, reflete a valorização do seu trabalho anterior – *De cima para baixo: a utopia no Brasil* – lançado pela Editora Abril, em 1981, enquanto o livro de Kayser reúne textos que ele publicou no Jornal NH, na coluna Ecologia, no período entre 1984 e 1991. Produzidos em diferentes épocas e em circunstâncias distintas, os dois livros abordam o ambientalismo com perspectivas próprias. Aveline buscou na história explicações para a necessidade de mudanças na conduta humana e usou de diversos autores para construir o seu texto. Seguindo um caminho diferente, Kayser encontrou, na observação da natureza e de fatos do cotidiano urbano, a matéria-prima para a produção dos seus textos.

A formação profissional de cada um dos autores também influenciou nas obras. Jornalista por profissão, Aveline escreveu compondo um macrorretrato da questão ambiental da sua época, usando um volume expressivo de informações, exercitando possibilidades de interpretação e acrescentando na sua escrita uma ampla bagagem de envolvimento com movimentos sociais e com a espiritualidade oriental, enquanto Kayser diluiu nos seus textos um pouco do conhecimento técnico que ele adquiriu ao longo dos seus estudos em Agronomia<sup>38</sup> e das suas experiências na área de Educação Ambiental.

Feitas essas considerações, acredito que podemos avançar na compreensão das obras e da sua inserção no quadro histórico do ambientalismo no Vale dos Sinos. Como ponto de partida para esse avanço, proponho interpretar a obra *Aqui e Agora* como um retrato textual de uma sociedade em transição e como um registro de ideias e expectativas do autor. O primeiro aspecto que destaco no livro é que o autor apresenta algumas leituras que influenciaram na formação do seu pensamento e concede um lugar especial para a obra *O Apoio Mútuo*, de Piotr Kropotkin, publicada pela primeira vez em 1907,

---

36 AVELINE, Carlos Cardoso, *Aqui e agora. Para viver até o século XXI* – São Leopoldo: Editora Sinodal, 1985.

37 KAYSER, Arno. *Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991.

38 Arno Kayser graduou-se em Agronomia pela UFRGS e fez Especialização em Agricultura Orgânica pela Universidade de Kassel, na Alemanha.

reconhecendo nela a existência de um princípio básico de relação entre os seres vivos e comentando o seu valor nos seguintes termos.

Escrevendo com clareza intelectual e uma emoção elevada, Kropotkin consegue desmistificar o papel da luta competitiva na evolução das espécies (e do indivíduo), que foi exagerado apenas para legitimar ideologicamente o capitalismo.

Por outro lado, lembra Kropotkin, além da luta competitiva, há outro fator na evolução: a sociabilidade ou ajuda mútua. “Naturalmente seria difícil determinar, ainda que aproximadamente, a importância relativa dessas duas ordens de fenômenos.” Mas se perguntarmos à natureza quem são os mais aptos, se aqueles que constantemente lutam entre si, veremos que os animais que adquiriram o costume da ajuda mútua são, sem dúvidas os mais aptos.<sup>39</sup>

Defendendo para o princípio da ajuda mútua um reconhecimento que foi abafado pelo capitalismo e pelo darwinismo social, Aveline propôs o resgate desse princípio e apontou a presença dele em temas como as mudanças nos padrões de comportamento sexual e de relações familiares<sup>40</sup> e na crescente democratização do começo dos anos 1980.<sup>41</sup>

Ensaando uma (re)interpretação de fatos históricos determinantes para o mundo contemporâneo, Aveline menciona o esforço da revolução industrial para apagar a importância das instituições medievais de ajuda mútua e aponta a permanência de exércitos como uma herança cultural que “não figura entre aquelas que devem ser preservadas”. No capítulo 9 do livro – com o sugestivo título de “Generais em excesso” –, Aveline apresenta uma leitura crítica do poder militar e defende uma utopia pacífica, cuja compreensão excede o ambientalismo e deve ser buscada nos princípios religiosos do budismo.

O surgimento de novas formas de vida e de organização social fará com que os exércitos e as armas passem gradualmente a serem vistos como peças inúteis de um museu que ninguém visitará.

---

39 AVELINE, Carlos Cardoso, *Aqui e agora. Para viver até o século XXI* – São Leopoldo: Editora Sinodal, 1985, p. 25.

40 Sobre as mudanças culturais da segunda metade do século, o autor escreveu: “E já vivemos o processo de libertação, mesmo em meio aos evidentes exageros e desequilíbrios que são mero resultado da repressão patriarcal anterior. As formas de se viver o amor e o sexo no Brasil estão renascendo livres, e passando por uma transformação radical. [...] Dos anos sessenta para cá, houve um sensível relaxamento nos costumes sexuais. A família fechada, como parceira econômica indissolúvel em meio ao capitalismo selvagem, não se desfez, mas é mais flexível. O casamento não é a prisão de antes. Especialmente as mulheres estão podendo experimentar a sexualidade mais livremente.” (AVELINE, 1985, p. 32-33).

41 Fazendo previsões otimistas sobre a democratização e escrevendo sobre forte influência da participação popular no Movimento Diretas Já, Aveline previa: “A democratização ‘representativa’, com políticos mais ou menos demagogos decidindo tudo pela população, irá para o museu da história. Os grandes grupos populacionais terão acesso à democracia participativa. Gente comum decidirá todos os dias os rumos da vida coletiva e – por isso mesmo – estará estimulada a colocar, mesmo, em prática o que se decidiu.” *Ibid.*, p. 47-48.



Assim os exércitos não serão um câncer devorador, mas a casca de sangue coagulado que reveste ainda uma ferida recém cicatrizada – a ferida da violência humana. Tal como a casca é consequência de um ferimento prévio, o exército é resultado de uma sociedade cega para o princípio de ajuda mútua.<sup>42</sup>

Mais do que criticar o exército e defender uma utopia pacifista, a intenção do autor é atacar as ideias que sustentam a existência da força militar, incluindo entre elas o interesse dos governantes em controlar e reprimir a energia da juventude. Tratando especificamente do exército brasileiro, Aveline propõe uma interessante revisão da função social desse exército:

O exército também controla dezenas de milhares de hectares de terra em todo território nacional. É um crime manter essas terras inativas quando dois terços dos brasileiros, segundo a Igreja Católica, passam fome.

Se queremos pensar em termos de segurança nacional, é preciso que cheguemos a um conceito suficientemente humano de segurança nacional para perceber que algo está errado quando mais da metade do país passa fome. Por que não mobilizar o exército para tarefas urgentes como a defesa do meio ambiente e a recuperação da população excluída do resto do país pela fome endêmica?<sup>43</sup>

Dedicando um espaço especial para o problema da degradação do meio ambiente, a obra contém relatos de reações a esse problema procedentes de diferentes partes do mundo. Há no livro referências à produção e troca de conhecimentos entre ambientalistas de diversas nacionalidades e informações sobre simpósios e publicações de pesquisas de institutos particulares, universidades e órgãos governamentais;<sup>44</sup> e há também referências a práticas de organização comunitárias adequadas ao princípio da ajuda mútua. Retomando o assunto que foi o centro do seu livro anterior – a participação comunitária na condução das mudanças sociais –, ele destacou a importância da sociedade civil na transformação da realidade e apontou como exemplo a crescente produção descentralizada de alimentos e as iniciativas de agricultura natural. Aveline entendia que essas duas práticas, ainda que coexistindo com o modelo tradicional de produção de alimentos e concentração de renda, poderiam resolver três graves problemas da sociedade contemporânea: o da fome, decorrente da exclusão social provocada pelo capitalismo, o da contaminação do corpo humano, da fauna e da flora, decorrente do uso dos agrotóxicos, e o da perda da consciência de que há em cada indivíduo um potencial natural de transformação do mundo.

---

42 Ibid., p. 103.

43 Ibid., p. 108.

44 Interessado nas discussões que estavam em curso sobre as mudanças climáticas do planeta, Aveline incluiu no seu livro duas previsões de alteração no clima decorrentes do excesso de gás carbônico na atmosfera: a do superaquecimento e a do resfriamento do planeta.

Os exemplos da produção descentralizada de alimentos poderiam ser citados por muito tempo, o importante a respeito deles é o seu potencial multiplicador e o efeito psicológico no sentido de conectar as pessoas à realidade concreta que as rodeia, devolvendo-lhes a opção da atividade e da criatividade.

Mesmo que muitas decisões do poder central possam refletir, com clareza crescente, a tendência à descentralização e socialização das decisões, o surgimento desta nova economia não é o resultado de nem uma política decidida nos gabinetes. A transição para a sociedade participativa ocorre fundamentalmente de baixo para cima e é planetária – não respeita fronteiras nem escolhe instituições.<sup>45</sup>

Associando a realização do ser humano ao princípio da ajuda mútua, o livro *Aqui e agora. Para viver até o século XXI* contém uma forte crítica ao capitalismo, ao modelo político tradicional centrado no governo, ao militarismo e à cultura patriarcal. Conhecedor de diversos assuntos – e isso se pode constatar pela bibliografia apresentada –, Aveline também conseguiu apresentar experiências de rejeição à cultura predominante e defendeu possibilidades de reformulação da imagem do ser humano e das suas relações com a natureza. E, no final do livro, ele pergunta:

Estará sendo suficiente nosso atual esforço para construir o novo? Quanto tempo teremos ainda? Este livro terá cumprido seu objetivo se o leitor vincular a visão que ele coloca com as múltiplas possibilidades de ação prática, no quintal da casa, na escola, na universidade, no bairro e no local de trabalho.<sup>46</sup>

O envolvimento da sociedade civil com a transformação da realidade é a meta apontada por Aveline. Para tornar essa meta viável, no ano seguinte ao da publicação do livro *Aqui e Agora*, ele assume a liderança da AGAPAN-NL, que, através de uma reformulação no estatuto, passou a ser chamada de União Protetora do Ambiente Natural (UPAN). Na atuação de Aveline como ambientalista e líder da UPAN, o discurso e a prática conviviam lado a lado, e as suas ideias continuaram gerando novos textos que circularam entre ONGs ambientalistas, órgãos do governo e páginas da imprensa.

No trabalho de Aveline, a vontade de compreensão e transformação da realidade pelo texto alimentava o poder criador da escrita, corretamente interpretada por Michel de Certeau como uma “prática mítica moderna” (CERTEAU, 1996). Essa interpretação abre caminho para ensaiarmos uma analogia entre o mito e a escrita: (1) o entendimento de ambos envolve sempre a existência de meios de comunicação (e isso excede a questão da linguagem e da distinção entre o texto e oralidade, a comunicação é antes de tudo um produto humano e depende da vontade humana para acontecer); (2) o valor deles está

---

45 Ibid., p. 98.

46 Ibid., p. 139.

diretamente ligado a uma funcionalidade que pode ser mais ou menos flexível às mudanças na conjuntura sociocultural e, conseqüentemente, o conteúdo de um mito ou de um texto permanece sempre passível de novas significações; (3) e, para finalizar, embora se reconheça que tanto o mito quanto a escrita possuem um sentido educativo, não se pode dimensionar com exatidão a influência de um ou de outro no comportamento das pessoas, uma vez que as apropriações sociais e aplicações práticas do que eles transmitem não podem ser controladas pelo seu conteúdo ou estruturas comunicativas. Certamente, essa analogia nos afasta um pouco dos textos que fazem parte do discurso ambientalista, mas, em contrapartida, ela mantém aberta a possibilidade de pensarmos a experiência da escrita como um esforço intelectual de criação e significação do mundo dentro dos limites e da tensão entre a realidade existente e a realidade desejada.

No decorrer dos anos 1980, o desejo de construir e divulgar o ambientalismo através da escrita encontrou espaço para se materializar nos jornais NH e VS, ambos do Grupo Editorial Sinos, e na Revista Rua Grande, tradicional periódico de São Leopoldo. Em 1984, Kayser publica pela primeira vez um artigo sobre questões ambientais no Jornal NH; nos anos seguintes, os seus textos ganham um espaço crescente na coluna Ecologia e tornam-se um dos mais importantes instrumentos de divulgação do pensamento ambientalista na região.<sup>47</sup>

O volume do conjunto de textos que Kayser escreveu no jornal NH entre 1984 e 1991 é bastante expressivo, e não pretendo aqui abordar esse conjunto na sua totalidade. O que proponho é destacarmos uma amostra de 32 dos seus textos, publicados originalmente na coluna Ecologia e posteriormente reunidos no livro *Signos da Renovação: Por um agir Ecológico*. A obra apresenta, entre outras coisas, a identificação de problemas da modernidade e a valorização de práticas coerentes com princípios ecológicos. A crítica à sociedade de consumo também é uma das marcas mais fortes na escrita de Arno Kayser. Um exemplo dessa crítica está no texto *Uma reflexão que não pode ser descartada*, em que o autor explora a associação entre a palavra “descartável” e o “progresso” e ressalta a diferença entre o comportamento da natureza e o comportamento humano.

Quem conhece um pouco de ecologia sabe que na natureza não existe o descartável. Tudo é reaproveitado por outras formas vivas quando deixa de ser útil para determinado ser.

---

47 Outros ambientalistas como Jane Schimidt e o artista plástico Rogério Rauber também escreveram na coluna *Ecologia* do Jornal NH, mas, em termos numéricos, a participação de Arno Kayser é maior, totalizando mais de 300 textos entre 1984 e 1991 em uma coluna que fazia parte da estrutura complementar do Jornal NH e que, conseqüentemente, não aparecia diariamente e nem possuía uma regularidade semanal.

Na natureza a moda é o reaproveitamento constante. O sentido progressista da palavra descartável não existe.<sup>48</sup>

O mesmo progresso que era nocivo ao meio ambiente pelo seu aspecto consumista e sua indiferença diante de leis básicas da ecologia também prejudicava as sensibilidades humanas, dificultando as relações pessoais cotidianas. A diminuição de locais propícios ao contato das crianças com a natureza e a substituição gradual de brinquedos de fabricação caseira e de esportes tradicionais por novidades do mercado são temas tratados no texto *O espaço das crianças*, que apresenta essas mudanças como uma indução das crianças a um “mundo de consumo e competição individualista”, em que o afastamento da natureza torna-se um estímulo a sua agressão, uma vez que, desprovidas “deste contato com a constante renovação dos ciclos vitais e crescendo num mundo de coisas prontas, as crianças mostram uma atitude destrutiva com relação a tudo. Vivendo num mundo de brinquedos prontos, só resta destruí-los”.<sup>49</sup>

Descrevendo o cotidiano urbano como uma mistura de barulho, agitação excessiva, carências afetivas, alienação, cansaço, frustração e ignorância quanto ao funcionamento da natureza, Kayser defendia o valor da afetividade nas relações sociais e pregava a harmonia entre a sociedade e o meio ambiente. Em *O silêncio*, encontramos um bom exemplo dessa linha de pensamento: a perda do silêncio é vista como um dos grandes problemas do homem urbano, e o contato com a natureza, apontado como uma alternativa de superação para esse problema.

Estamos ficando embrutecidos, frios e insensíveis. Estamos ficando surdos a tudo. Até a nós mesmos. Já não ouvimos mais a nossa voz interior, nossa conselheira vital que sabe tudo. A voz da vida que há em nós e que nos põe em contato íntimo com a totalidade do universo. Tudo isso nos faz gritar e agredir aos nossos próximos.

Talvez por isso seja tão importante preservarmos locais para um contato com o silêncio de que nos fala o poeta. Só no contato com a natureza é que desfrutamos do alívio. É onde nos desarmamos em relação ao bombardeio sonoro que vem de fora e, após algum tempo, ao barulho interno. Tudo se afrouxa, a respiração se acalma e de repente notamos que temos um corpo, que estamos vivos.<sup>50</sup>

Consciente de que a construção de uma sociedade comprometida com a preservação da natureza exigia mais do que denúncias contra a degradação ambiental e críticas aos

---

48 KAYSER, Arno. Uma Reflexão que não pode ser descartada. In: \_\_\_\_\_. *Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 27-28.

49 KAYSER, Arno. O espaço das crianças. In: \_\_\_\_\_. *Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 51-52.

50 KAYSER, Arno. O silêncio. *Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 29-30.

vícios da sociedade contemporânea, como o consumismo, o individualismo e a alienação, Kayser procurou oferecer alternativas, exemplos e sugestões de práticas ecológicas. E, dentre as diversas alternativas dispersas nos 32 textos da obra *Signos da Renovação*, a reciclagem recebeu um espaço especial. O tema da reciclagem marca presença nos textos *Uma reflexão que não pode ser descartada* (p. 27-28), “*Olha o Ferro Velho*” (p. 35-36) e *Reflexões sobre o Lixo*. Em uma linguagem simples e objetiva, tratam do valor do trabalho dos “catadores de lixo”, ressaltam a coerência ecológica que fundamenta a reciclagem, convocam a sociedade a assumir a sua responsabilidade pela preservação do meio ambiente e denunciam o comportamento antiecológico do ser humano. Em *Reflexões sobre o Lixo*, a rejeição do homem aos resíduos domésticos e industriais é interpretada como uma dificuldade humana de perceber-se como um ser que faz parte de um organismo maior sujeito às leis de vida e morte da natureza; em outras palavras, esta rejeição seria – além de uma construção ideológica da sociedade de consumo – “uma fuga à ideia de morte física”. Ampliando a reflexão proposta no título, o texto fala também do problema do individualismo no comportamento humano.

A questão do lixo revela também as consequências de uma organização individualista de enfrentar as coisas. Não enxergamos em nosso individualismo que o que não nos serve pode ser útil para outro. E não nos esforçamos nem um pouco para construir uma organização que, a exemplo da natureza, ponha à disposição de quem necessita aquilo que já não mais nos interessa.<sup>51</sup>

Transformar o comportamento humano a partir do incentivo à observação de fenômenos da natureza e do comportamento de plantas e de animais é um dos objetivos dos textos de Kayser, que, apesar de ser um militante do ambientalismo, fez apenas quatro referências ao “movimento ecológico” nos 32 textos que compõem a obra *Signos da Renovação*.<sup>52</sup> Em cada uma dessas quatro referências, é possível observar a presença do que Michel de Certeau chamou de “credibilidade” do discurso, ou seja, a existência de uma articulação entre o discurso e um conjunto de práticas sociais que falam em seu nome.

---

51 KAYSER, Arno. *Reflexões sobre o lixo. Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 59-60.

52 As quatro passagens são as seguintes: 1) em *Poda: sinônimo de mutilação* (p. 25-26), onde Kayser associa a diminuição dos danos decorrentes da poda mal feita “a um grande trabalho de conscientização levado a efeito por movimentos ecológicos”; 2) posteriormente, em *A luta Ecológica: uma luta popular?* (p. 39-40), ele defende o ambientalismo das críticas de ser elitista e de lutar por uma causa secundária em um mundo repleto de problemas supostamente mais graves e urgentes; 3) no texto *Uma Nova Sociedade* (p. 71-73), o autor manifesta o apoio do movimento ambientalista à agricultura orgânica e apresenta vantagens ambientais e sociais decorrentes dessa prática; 4) em *Um toque do coração* (p. 43-44), encontramos uma breve menção à contribuição do “movimento ecológico mato-grossense” na transformação da Chapada dos Guimarães em Parque Nacional.

Podemos tomar como exemplo dessa articulação – aqui entendida como uma necessidade para que o discurso ambientalista alcançasse “credibilidade” social – uma parte do texto *A luta Ecológica: uma luta popular?*, na qual Kayser defende a Ecologia como luta popular capaz de coexistir com outras demandas populares como habitação, alimentação, trabalho e saúde.

Ter uma casa em um bairro poluído por emissões gasosas tóxicas e barulho não é um direito à habitação exercido na sua plenitude. Beber água contaminada por metais pesados despejados impunemente nos rios, ou comer alimentos contaminados por agrotóxicos e aditivos químicos não é direito à alimentação. Trabalhar em um ambiente insalubre, barulhento e neurotizante não parece ser algo dignificante.

Ter direito à saúde não é apenas dispor de médicos e hospitais. É poder viver num ambiente saudável, que proporcione condições físicas e psicológicas necessárias à manutenção do equilíbrio orgânico mental que caracteriza um indivíduo saudável.<sup>53</sup>

Outro exemplo da busca pela “credibilidade” do discurso pode ser encontrado no texto intitulado *Uma nova sociedade*, em que o autor reconhece “que não há ainda, nem dentro do próprio movimento ecológico, uma definição clara do que seja este movimento”; e menciona o crescimento da “consciência de que não basta tapar os furos e remendar os problemas de uma sociedade ou de um sistema produtivo que é antiecológico em si”. Essa iniciativa de apresentar o ambientalismo como uma experiência em construção é seguida de algumas considerações sobre a agricultura orgânica e de uma breve explicação de como seria a “nova sociedade” que os ecologistas desejavam.

Independentemente de quanto mais ou menos for avançada esta proposta, ao movimento ecológico interessa o avanço e o desenvolvimento de uma tecnologia alternativa na administração da produção rural, pois as áreas que a ela se converterem passarão a ser também grandes reservas naturais que darão sustento não apenas à vida humana, mas a toda uma gama de vida selvagem. Além disso, elimina-se toda contaminação do ar, água e solo que acontecem atualmente na agricultura.<sup>54</sup>

O desejo de uma nova sociedade e o empenho na sua materialização sustentavam uma utopia construída no discurso e na prática dos militantes do ambientalismo. A utopia ambientalista, assim como todas as outras que já existiram ou ainda existem, encontrava fundamentos racionais na realidade do mundo e procurava os sinais que apontavam para a transformação desejada. As críticas à sociedade de consumo, ao individualismo e ao

---

53 KAYSER, Arno. *A Luta Ecológica: uma Luta Popular?* In: \_\_\_\_\_. *Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 39-40.

54 KAYSER, Arno. *Uma nova sociedade*. In: \_\_\_\_\_. *Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 71-73.

caos da vida urbana afastada da natureza, assim como as sugestões de práticas ecológicas que poderiam ser aplicadas no cotidiano urbano, ajudavam na desejada transformação e possibilitavam o abandono de atitudes e ideias antiecológicas incorporadas no comportamento humano.

No pensamento de Kayser, o padrão agressivo do ser humano nas suas relações com a natureza aparece associado à assimilação e exteriorização de diversos problemas da sociedade contemporânea (poluição, competição, frustrações, etc.) e, ao mesmo tempo, aparece como reflexo de um medo do qual o homem deveria se libertar. Ponderado em suas críticas ao governo, Kayser denuncia os custos ambientais de um progresso agressivo à natureza no texto *Templo Entregue aos Vendilhões*<sup>55</sup>, que trata da usina hidrelétrica de Itaipu e dos problemas ambientais dela decorrentes. Considerações sobre a atuação do governo na área ambiental também marcam presença em outros textos: em *Mosquitos num Tonel*<sup>56</sup>, o autor ressalta a necessidade urgente de saneamento básico no combate ao excesso de cargas orgânicas na água do rio dos Sinos; em *O veículo ecológico*<sup>57</sup>, o governo é criticado pela quase inexistência de vias públicas e de uma legislação adequada para o uso da bicicleta; e, no texto *O caso do Jerivá*<sup>58</sup>, há uma sugestão objetiva para uma ação ecológica que deveria partir do poder público.

Cada prefeitura deveria se preocupar em levantar os seus recursos naturais e os vários ambientes naturais existentes no seu território, a fim de obter informações que são básicas para um planejamento de utilização racional que não destrua nem desperdice.<sup>59</sup>

Percebe-se, nessa citação, um interesse pelo uso da capacidade racional do ser humano em favor do ambiente. E esse interesse não pode ser dissociado das raízes do ambientalismo que cresceu dentro do paradigma científico propondo um futuro alternativo, mas também propondo uma revisão crítica do passado humano. Em *O sustento do céu*,

---

55 KAYSER, Arno. *Templo Entregue aos Vendilhões*. In: \_\_\_\_\_. *Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p.45-46.

56 KAYSER, Arno. *Mosquitos num Tonel*. In: \_\_\_\_\_. *Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 47-48.

57 KAYSER, Arno. *O veículo ecológico*. In: \_\_\_\_\_. *Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 49-50.

58 KAYSER, Arno. *O caso do Jerivá*. In: \_\_\_\_\_. *Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 17-18.

59 Essa sugestão foi aceita pela Prefeitura de Novo Hamburgo, que apoiou Arno Kayser na sua iniciativa de fazer o levantamento e classificação dos tipos de árvores existentes na cidade, trabalho que resultou nas obras *As árvores de Novo Hamburgo* e *Aves Silvestres de Novo Hamburgo*, ambas organizadas pela Equipe de Educação Ambiental da Secretaria de Educação Ambiental de Novo Hamburgo e publicadas em 1990 e 1993, respectivamente.

encontramos uma interessante síntese da história das relações entre o homem e o meio ambiente.

O desaparecimento das árvores levou o ser humano a mergulhar em espaços organizados pela sua mão que lhe davam a segurança psicológica de que necessitava, mas que, por outro lado, afastavam-no da consciência da sua inserção no cosmo e da dependência que tem deste para viver. O que gerou esta ideia de que ele não é parte da natureza, mas, sim, de que está acima dela. Por isto é que nossas tradições religiosas não consideram pecado a destruição de um animal ou planta. Sua ética se restringe só aos atentados à vida humana e à organização social, mas não há nem um fundamento moral que freie o ser humano que agride a natureza. [...] o homem civilizado teve seus horizontes encurtados e mergulhou num egoísmo tremendo.

Isto levou-o à construção de hierarquias sociais que antes não existiam, para atender a sede de poder que a mente estreita tem. Somente as culturas que permaneceram vivendo em meio às florestas preservaram esta consciência de inserção dentro de um cosmo maior, que deve ser respeitado, e cujas agressões são vistas como atentados voltados para os próprios seres humanos.<sup>60</sup>

Junto com o afastamento da natureza, as culturas ditas civilizadas produziram uma deturpação no valor das coisas. No artigo *Coisas sem Valor*, Kayser desenvolveu uma reflexão sobre a transformação dos bens naturais em valores financeiros, explicou o perfil antiecológico da racionalidade econômica predominante e apresentou sua posição a respeito do assunto.

[...] o sistema de acumulação material que não computa as perdas da base da qualidade e sustentação da vida é um regime sem futuro, um regime antívida.

É por causa dessas coisas que os ecologistas propõem uma economia em que a produção de bens para a satisfação das necessidades humanas considere o valor das perdas impostas às leis que regem o processo vital.

Que esta economia indique métodos de produção de alimentos que não destruam a fertilidade do solo, que aponte processos de geração de energia que não causam impacto ambiental, que considere econômicos só aqueles processos industriais que preservam os rios e o ar puro. Que a produção de madeiras preserve as matas através de cortes seletivos. Que a vida seja preservada num mundo que reparta de maneira justa os bens que a natureza não nos cansa de dar. Estas são coisas que têm um valor real e não um valor fictício impingido pela propaganda.<sup>61</sup>

Completava-se, assim, um ciclo discursivo que denunciava e criticava o antiecológico predominante na sociedade, explicava alguns fundamentos básicos da natureza, pregava a necessidade de ações individuais e coletivas comprometidas com o equilíbrio

---

60 KAYSER, Arno. O sustento do céu. In: \_\_\_\_\_. *Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 68-70.

61 KAYSER, Arno. Coisas sem valor. In: \_\_\_\_\_. *Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991, p. 61-62.



ambiental, ensinava práticas de ação ecológica que poderiam mudar o cotidiano das pessoas e, principalmente, apontava na direção de um mundo melhor, insistindo no reconhecimento e na aceitação da condição humana de ser dependente da natureza e capacitado para uma vida mais harmoniosa com os demais elementos que dela fazem parte.

## Considerações finais

Na segunda metade do século XX e neste começo do século XXI, a questão ambiental polarizou uma série de discussões acadêmicas e demandou a construção de novos conceitos e teorias que tentam captar a complexidade das relações entre os grupos humanos e o ambiente. No plano social, ela potencializou o surgimento de movimentos sociais voltados para a preservação da natureza – tomada aqui no seu sentido mais amplo – ou para a solução de problemas regionais ligados ao meio ambiente.

A partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, a preocupação com a degradação dos recursos naturais tem recebido um espaço destacado na agenda da ONU que insiste na necessidade de pensar os problemas ambientais como problemas globais. A bibliografia existente reconhece a importância do trabalho da ONU para difundir a preocupação com o meio ambiente – eixo central da Educação Ambiental<sup>62</sup> – e para fomentar o desenvolvimento sustentável. A mesma bibliografia apresenta estudos focados em mudanças de âmbito nacional e/ou regional na gestão dos recursos naturais e oferece subsídios para pensarmos múltiplas escalas geográficas para a questão ambiental. Aceitando a existência destas escalas e percebendo a existência de interações entre elas, ampliamos as nossas possibilidades de entender a complexidade do ambientalismo.

No decorrer deste artigo, procurei explorar três escalas de leitura do ambientalismo e estou ciente de que as três encontram-se incompletas. A “dimensão científica do ambientalismo” não pode ser encerrada porque as discussões acadêmicas sobre os efeitos colaterais das novas tecnologias e sobre os limites do crescimento econômico e populacional ainda permanecem inacabadas. Ela também não pode ser encerrada porque existe um contínuo movimento das diferentes áreas da Ciência para absorver e traduzir em linguagem científica os problemas ambientais contemporâneos e as experiências produzidas dentro do paradigma do desenvolvimento sustentável.

---

62 Não foi possível explorar a temática da Educação Ambiental neste artigo. Para uma introdução ao tema, recomendo o livro de Genebaldo Freire Dias, intitulado *Educação Ambiental. Princípio e práticas*. Este livro reúne um interessante conjunto de práticas educativas e também aborda as interações entre Educação Ambiental e a legislação. Para os interessados nas discussões de âmbito acadêmico, recomendo a obra *Educação Ambiental: princípios e desafios*, organizada por Michèle Sato e Isabel Cristina de Moura Carvalho.

Da mesma forma, as “leituras do ambientalismo no Brasil” ainda carecem de novas pesquisas e, felizmente, existem várias sendo produzidas nas universidades e instituições de pesquisa ligadas ao meio ambiente. Neste aspecto específico, acredito que houve um grande avanço em relação ao olhar das Ciências Humanas para o ambientalismo no Brasil. Os estudos mais recentes sinalizam um afastamento do modelo interpretativo proposto por Eduardo Viola no final dos anos 1980 e apresentam maior abertura para problemas ambientais de âmbito regional (o destino do lixo nas grandes cidades, a poluição hídrica de determinados rios ou lagos, o impacto socioambiental das hidroelétricas, a gestão das Áreas de Preservação Permanente, etc.). Outro aspecto positivo que pode ser observado na bibliografia sobre o ambientalismo brasileiro é o crescimento de estudos sobre a Educação Ambiental e sobre a História Ambiental.<sup>63</sup>

A terceira escala de abordagem apresentada neste artigo destacou o ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos e, mais especificamente, destacou a sua construção textual a partir de textos acadêmicos e de textos produzidos por Arno Kayser e Carlos Aveline, dois importantes líderes do movimento ambientalista regional no final dos anos 1980 e começo dos 90. As ideias de Kayser e de Aveline sobre os problemas ambientais da sociedade contemporânea, assim como as ideias do Pe. Balduino Rambo e do Pe. Pedro Calderan Beltrão, sinalizam para a necessidade de pensarmos o trabalho dos intelectuais na construção, discussão e socialização do ambientalismo.

Diante do que foi exposto ao longo deste artigo, importa reconhecermos que existem lacunas na bibliografia sobre o ambientalismo, tanto no âmbito nacional quanto internacional. E faço esta constatação ciente de que o artigo também possui as suas próprias lacunas. Não se trata então de confessar erros na construção do texto ou na escolha da bibliografia, mas, sim, de aceitar limitações de análise decorrentes da própria complexidade do ambientalismo – e acredito que esta é uma condição indispensável para a continuidade da reflexão proposta ao longo do artigo.

---

63 Na condição de um historiador com pesquisas na área da História Ambiental, optei por não abordar as particularidades e tendências deste campo historiográfico no corpo do artigo. E mesmo fazendo esta opção, a História Ambiental marcou presença na reflexão proposta através de autores como Donald Worster (1994), Daniel Porciuncula Prado (2011), Elenita Malta Pereira (2013) e José Augusto Pádua (2002).

## Referências Bibliográficas

- ALEXANDRE, Agripa Faria. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2000.
- ALEXANDRE, Agripa Faria. A perda da radicalidade do Movimento Ambientalista Brasileiro: uma nova contribuição à crítica do movimento. In: *Ambiente e Educação*. Vol. 8. Rio Grande: FURG, 2003, p. 73-94.
- ALIER, Joan Martínez. *Da economia Ecológica ao Ecologismo Popular*. Blumenau: FURB, 1998.
- ALIER, Joan Martínez. *El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelona: Icaria/FLACSO, 2004.
- ALIMONDA, Héctor. (Coord.). *La Naturaleza Colonizada. Ecología Política y Minería en la América Latina*. Buenos Aires: CLACSO/Ediciones CICCUS, 2011.
- AVELINE, Carlos Cardoso, *Aqui e agora. Para viver até o século XXI* – São Leopoldo: Editora Sinodal, 1985.
- BELTRÃO, Pedro Calderan. A evolução do pensamento marxista sobre a população. In: *Vale do Rio dos Sinos*, nº 8. São Leopoldo: UNISINOS, 1973, p. 6-29.
- \_\_\_\_\_, Pedro Calderan. Explosão demográfica: um pesadelo para o futuro da humanidade. *Vale do Rio dos Sinos*, nº 9. São Leopoldo: UNISINOS, 1974, p. 39-51.
- \_\_\_\_\_, Pedro Calderan. Ecologia Humana. *Vale do Rio dos Sinos*, nº 11. São Leopoldo: UNISINOS, 1975, p. 39-54.
- \_\_\_\_\_, Pedro Calderan. ONU – 1974 – ano mundial da população. A conferência e tribuna mundial de Bucarest. *Vale do Rio dos Sinos*, nº 11. São Leopoldo: UNISINOS, 1975, p. 55-62.
- \_\_\_\_\_, Pedro Calderan. Ecologia Humana. *Vale do Rio dos Sinos*, nº 11, 1975, p. 51-52.
- CÂMARA DE VEREADORES. *I Ciclo de Debates sobre a Poluição do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: UNISINOS/Rotermund, 1979.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica. Narrativas e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil*. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, V. 2.
- CRESPO, Samyra. *O que o brasileiro pensa sobre meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade*. Rio de Janeiro: MMA/MAST/ISER, 1997.
- CORAZZA, Rosana Icassatti. Do Debate Científico à Política Pública: a polarização das discussões acadêmicas entre biólogos dos anos 70 e instrumentalização econômica das políticas ambientais. *Revista de Ciência & Tecnologia*. Vol. 8, nº 16, p. 107-118, dezembro de 2000.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. Hucitec: São Paulo, 1996.

- DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental. Princípios e Práticas*. São Paulo: Gaia, 2004, 9ª edição.
- ESCOBAR, Arturo. Depois da Natureza. Passos para uma Ecologia Política Antiessencialista. In: PARREIRA, Clélia; ALIMONDA, Héctor (Orgs.). *Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas*. Brasília: FLACSO/Editorial Abaré, 2005, p.17-65.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. In: *Ambiente & Sociedade*. Ano II, nº 59, 2º semestre de 1999, p. 35-54.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMOND, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.
- GRÜTZMANN, Imgart; RAMBO, Arthur Blasio; ARENDT, Isabel. *Pe. Balduino Rambo – A pluralidade na unidade: memória, religião, ciência e cultura*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2007.
- HARRES, Marluza Marques; RÜCKERT, Fabiano Quadros. *A natureza, o tempo e as marcas da ação humana. Políticas públicas e ambiente em perspectiva histórica*. São Leopoldo, RS. São Leopoldo: OIKOS, 2011.
- \_\_\_\_\_, Marluza Marques; RÜCKERT, Fabiano Quadros. *Águas poluídas: uma história da poluição hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – RS*. In: Anais do II Simpósio Internacional de Imigração e História Ambiental. Florianópolis: UFSC, 2012.
- HERCULANO, Selene C. O campo do ecologismo no Brasil: o Fórum das ONGs. In: *Política e Cultura – visões do passado e perspectivas contemporâneas*. REIS, Elisa; FRY, Peter; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (Orgs.). São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1996, p. 91-127.
- HERRERA, Amilcar Oscar. *Los recursos minerales y los límites del crecimiento económico*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 1974.
- HOLDEN, C. Ehrlich versus Commoner: an environmental fallout. *Science*, 177(4045), 1972, p. 245-247.
- LEFF, Enrique. *Ecología y Capital. Hacia una perspectiva ambiental del desarrollo*. México: UNAM, 1986.
- \_\_\_\_\_, Enrique. Sociologia y Ambiente: Sobre el concepto de Racionalidad Ambiental y las Transformaciones del Conocimiento. In: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMON, Dália. (Orgs.). *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: rumo à Interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro/Belém: APED/UFPa, 1993, p. 95-131.
- \_\_\_\_\_, Enrique. *Racionalidade ambiental: a apropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- KAYSER, Arno. *Signos da Renovação – por um agir ecológico*. Novo Hamburgo: Editora Sinodal/OTOMIT, 1991.
- MADDOX, John. *El síndrome del fin del mundo*. Barcelona: Barral Editores, 1974.
- Mc COMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- MURARI, Luciana. *Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Allameda, 2009.
- O’RIORDAN, Thimoty. Environmental ideologies. *Environment and Planning A*, v.9, 1977, p.3-14.
- PÁDUA, José Augusto. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Héctor R. *Ecología e Política Mundial*. Rio de Janeiro: FASE/Vozes/PUC – Rio, 1991, p. 135-161.
- \_\_\_\_\_, José Augusto. *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PEREIRA, Elenita Malta. Uma história das ideias ecológicas: Resenha de um clássico da história ambiental. In: *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 2, nº. 8, Outubro de 2013, p. 204-209.
- \_\_\_\_\_, Elenita Malta. *Roessler – O Homem que Amava a Natureza*. São Leopoldo: OIKOS, 2013.

- PRADO, Daniel Porciuncula. *A figueira e o machado: uma história das raízes do ambientalismo no Sul do Brasil e a crítica ambiental de Henrique Roessler*. Rio Grande: FURG, 2011.
- RAMBO, Balduino. *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*. 3ª ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.
- REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento*. Série Antropologia. Brasília: UnB, 1992.
- RÜCKERT, Fabiano Quadros. *História e Memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.
- SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel de Moura. *Educação Ambiental. Pesquisa e Desafios*. São Paulo: Artmed, 2005.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian. *Ecologia, Ciência e Política: participação social, interesses em jogo e lutas de ideias no movimento ecológico*. Rio de Janeiro: Renavan, 1992, p. 49-77.
- \_\_\_\_\_, Eduardo; LEIS, Héctor. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia global viável. In: *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_, Eduardo. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil. In: VIOLA, Eduardo; FERREIRA, L. C. (Orgs.). *Incertezas e sustentabilidade na globalização*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- \_\_\_\_\_, Eduardo. O GEF e o Brasil: institucionalidade e oportunidades de financiamento. In: *Ambiente y sociedade*. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – NEPAN. Campinas: UNICAMP, n° 1, 1997.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.
- WORSTER, Donald. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. New York: Cambridge University, 1994.

# Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 47 – *Alimento e nutrição*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos *Cadernos IHU ideias*. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

N. 222 – *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato



Cadernos IHU ideias apresenta artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.



Nº 50 – *Ilustração e metaética em Dogville de Lars von Trier* – Pedro Marques Harres

**Cadernos IHU** divulga pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos-IHU.

Nº 93 – *O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas* – José Oscar Beozzo



A publicação dos **Cadernos Teologia Pública**, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.



# Temas dos Cadernos IHU

- N. 01 – *O imaginário religioso do estudante da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS*  
Hilário Dick
- N. 02 – *O mundo das religiões em Canoas*  
José Ivo Follmann (Coord.), Adevanir Aparecida Pinheiro, Inácio José Sphor & Geraldo Alzemiros Schweinberger
- N. 03 – *O pensamento político e religioso de José Martí*  
Werner Altmann
- N. 04 – *A construção da telerrealidade: O Caso Linba Direta*  
Sonia Montañó
- N. 05 – *Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz*  
André Langer
- N. 06 – *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado – Gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil: Algumas considerações*  
Mário Maestri
- N. 07 – *A Igreja Doméstica: Estratégias televisivas de construção de novas religiosidades*  
Antônio Fausto Neto
- N. 08 – *Processos midiáticos e construção de novas religiosidades. Dimensões históricas*  
Pedro Gilberto Gomes
- N. 09 – *Religiosidade midiática: Uma nova agenda pública na construção de sentidos?*  
Atílio Hartmann
- N. 10 – *O mundo das religiões em Sapucaia do Sul*  
José Ivo Follmann (Coord.)
- N. 11 – *Às margens juvenis de São Leopoldo: Dados para entender o fenômeno juvenil na região*  
Hilário Dick (Coord.)
- N. 12 – *Agricultura Familiar e Trabalho Assalariado: Estratégias de reprodução de agricultores familiares migrantes*  
Armando Triches Enderle
- N. 13 – *O Escravismo Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender – A Gênese, o Reconhecimento, a Deslegitimação*  
Mário Maestri
- N. 14 – *Lealdade nas Atuais Relações de Trabalho*  
Lauro Antônio Lacerda d'Ávila
- N. 15 – *A Saúde e o Paradigma da Complexidade*  
Naomar de Almeida Filho
- N. 16 – *Perspectivas do diálogo em Gadamer: A questão do método*  
Sérgio Ricardo Silva Gacki
- N. 17 – *Estudando as Religiões: Aspectos da história e da identidade religiosas*  
Adevanir Aparecida Pinheiro, Cleide Olsson Schneider & José Ivo Follmann (Organizadores)
- N. 18 – *Discursos a Beira dos Sinos – A Emergência de Novos Valores na Juventude: O Caso de São Leopoldo*  
Hilário Dick (Coordenador)
- N. 19 – *Imagens, Símbolos e Identidades no Espelho de um Grupo Inter-Religioso de Diálogo*  
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Organizadores)
- N. 20 – *Cooperativismo de Trabalho: Avanço ou Precarização? Um Estudo de Caso*  
Lucas Henrique da Luz
- N. 21 – *Educação Popular e Pós-Modernidade: Um olhar em tempos de incerteza*  
Jaime José Zitkoski
- N. 22 – *A temática afrodescendente: aspectos da história da África e dos afrodescendentes no Rio Grande do Sul*  
Jorge Euzébio Assumpção  
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Orgs.)
- N. 23 – *Emergência das lideranças na Economia Solidária*  
Robinson Henrique Scholz
- N. 24 – *Participação e comunicação como ações coletivas nos empreendimentos solidários*  
Marina Rodrigues Martins
- N. 25 – *Repersonalização do Direito Privado e Fenomenologia Hermenêutica*  
Leonardo Grison
- N. 26 – *O cooperativismo habitacional como perspectiva de transformação da sociedade: uma interlocução com o Serviço Social*  
Célia Maria Teixeira Severo

- N. 27 – *O Serviço Social no Judiciário: uma experiência de redimensionamento da concepção de cidadania na perspectiva dos direitos e deveres*  
Vanessa Lidiane Gomes
- N. 28 – *Responsabilidade social e impacto social: Estudo de caso exploratório sobre um projeto social na área da saúde da Unisinos*  
Deise Cristina Carvalho
- N. 29 – *Ergologia e (auto)gestão: um estudo em iniciativas de trabalho associado*  
Vera Regina Schmitz
- N. 30 – *Afrodescendentes em São Leopoldo: retalhos de uma história dominada*  
Adevanir Aparecida Pinheiro; Leticia Pereira Maria & José Ivo Follmann  
*Memórias de uma São Leopoldo negra*  
Adevanir Aparecida Pinheiro & Leticia Pereira Maria
- N. 31 – *No Fio da Navalha: a aplicabilidade da Lei Maria da Penha no Vale dos Sinos*  
Ângela Maria Pereira da Silva, Ceres Valle Machado, Elma Tereza Puntel, Fernanda Wronski, Izalmar Liziane Dorneles, Laurinda Marques Lemos Leoni, Magali Hallmann Grezzana, Maria Aparecida Cubas Pscheidt, Maria Aparecida M. de Rocha, Marilene Maia, Marleci V. Hoffmeister, Sirlei de Oliveira e Tatiana Gonçalves Lima (Orgs.)
- N. 32 – *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*  
Cesar Sanson
- N. 33 – *Globalização missioneira: a memória entre a Europa, a Ásia e as Américas*  
Ana Luísa Janeiro
- N. 34 – *Mutações no mundo do trabalho: A concepção de trabalho de jovens pobres*  
André Langer
- N. 35 – *“E o Verbo se fez bit”:* Uma análise da experiência religiosa na internet  
Moisés Sbardelotto
- N. 36 – *Derrida e a educação: O acontecimento do impossível*  
Verónica Pilar Gomezjurado Zevallos
- N. 37 – *Curar um mundo ferido: Relatório especial sobre ecologia*  
Secretariado de Justiça Social e Ecologia da Companhia de Jesus
- N. 38 – *Sacralização da natureza: Henrique Luiz Roessler e as ideias protecionistas no Brasil (1930-1960)*  
Elenita Malta Pereira
- N. 39 – *A sacralidade da vida na exceção soberana, a testemunha e sua linguagem: (Re) leituras biopolíticas da obra de Giorgio Agamben*  
Castor M. M. Bartolomé Ruiz
- N. 40 – *São Leopoldo e a “Revolução de 1930”: Um possível uso da fotografia como documento histórico*  
Tiago de Oliveira Bruinelli
- N. 41 – *Olhares multidisciplinares sobre economia solidária: Reflexões a partir de experiências do Programa Tecnosociais*  
Carlos Roncato, Célia Maria Teixeira Severo, Cláudio Ogando, Priscila da Rosa Boff e Renata dos Santos Hahn
- N. 42 – *Ética e Intersubjetividade: a filosofia do agir humano segundo Lima Vaz*  
Antonio Marcos Alves da Silva
- N. 43 – *(Bio)políticas de educação inclusiva e de saúde mental: a (in)visibilidade do sofrimento psíquico*  
Édina Mayer Vergara
- N. 44 – *Pensamento descolonial e práticas acadêmicas dissidentes*  
Alex Martins Moraes, Carolina Castañeda, Caio Fernando Flores Coelho, Dayana Uchaki de Matos, Juliana Mesomo, Luiza Dias Flores, Orson Soares, Rita Becker Lewkowicz, Rodrigo dos Santos Melo & Walter Günther Rodrigues Lippold
- N. 45 – *As práticas religiosas dos “Sem Religião” nas comunidades virtuais*  
Rafael Lopez Villasenor
- N. 46 – *Estética do Acaso: Um estudo antropológico sobre a dinâmica estética e econômica na Vila Chocolate*  
Marcos Freire de Andrade Neves
- N. 47 – *Além de Belo Monte e das outras barragens: o crescentismo contra as populações indígenas*  
Christian Guy Caubet & Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski
- N. 48 – *A Empatia em Edith Stein*  
Renaldo Elesbão de Almeida
- N. 49 – *A Dádiva de Si e a “Juventude”:* uma etnografia sobre movimento escoteiro  
Caio Fernando Flores Coelho
- N. 50 – *Ilustração e metaética em Dogville de Lars von Trier*  
Pedro Marques Harres



**Fabiano Quadros Rückert** leciona História na rede pública municipal de São Leopoldo. cursou Licenciatura e Mestrado em História na Unisinos e nesta mesma instituição está realizando o curso de Doutorado em História, com o auxílio de uma Bolsa PROSUP-Capes. Sua área de pesquisa é História Ambiental. Em 2007, Rückert apresentou ao PPGH da Unisinos a Dissertação *História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*; posteriormente, em coautoria com Marluza Marques Harres, escreveu o livro *A Natureza, o tempo e as marcas da ação humana: Políticas Públicas e ambiente em perspectiva histórica. São Leopoldo – RS* (2011). Atualmente, o autor pesquisa a história da gestão das águas no Rio Grande do Sul (tema da sua Tese), participa do GT de História Ambiental do RS e colabora com o Conselho Editorial da Revista Latino-Americana de História.



**UNISINOS**

---

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS